



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL -
PROSS

ILMA CRISTINA SILVA OLIVEIRA

A ÉTICA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ANÁLISE
DAS PARTICULARIDADES DAS DENÚNCIAS EM SERGIPE

SÃO CRISTOVÃO

2016

ILMA CRISTINA SILVA OLIVEIRA

A ÉTICA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ANÁLISE
DAS PARTICULARIDADES DAS DENÚNCIAS EM SERGIPE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS,
da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito final para a obtenção do título de
Mestrado Acadêmico.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos
Gonçalves

SÃO CRISTOVÃO

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Ilma Cristina Silva

O48e

A ética no trabalho do assistente social : análise das particularidades das denúncias em Sergipe / Ilma Cristina Silva Oliveira ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, 2016.
116 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Serviço social - Ética. 2. Ética profissional. 3. Assistentes sociais – Sergipe - Ética. 4. Assistência social - Sergipe. I. Gonçalves, Maria Conceição Vasconcelos, orient. II. Título.

CDU 364.4:174

ILMA CRISTINA SILVA OLIVEIRA

A ÉTICA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ANÁLISE DAS
PARTICULARIDADES DAS DENÚNCIAS EM SERGIPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico.

Aprovada em ____ / ____ / ____

Prof.^a Dr.^a Josiane Soares Santos (Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Clarissa Andrade Carvalho (Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Orientadora)

À minha querida orientadora Lica, por me incentivar a nunca perder o foco. E ao meu esteio, Helenaldo Júnior e Helena, meus companheiros de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Em tudo daí graças! Esse é o sentimento que, nesse momento inunda o nosso ser.

Entre tantas idas e vindas, encontros e desencontros que a vida nos apresenta, o sonho do mestrado, por muito tempo foi sendo colocado em segundo plano. Assim, ser inserida no PROSS/UFS, estar de volta aos corredores da universidade e encontrar queridos professores, foi uma alegria imensurável.

Sei que chegar aqui não foi uma caminhada fácil. O mergulhar na vida acadêmica e na rotina dos livros só foi possível por causa de pessoas que me sustentaram até o fim.

Inicialmente, toda honra e louvor a Deus porque dele é o querer e realizar de todas as coisas. Aos meus familiares pelo carinho, torcida e apoio em todos os momentos. Especialmente a minha mãe Socorro e aos meus sogros Gilsa e Helenaldo, bem como aos meus irmãos Isa, Ivan e Peu (*in memoriam*) que estará sempre presente no meu coração. E em nome deles agradeço a todos. Meu muito obrigado!

Ao meu esposo Helenaldo e minha filha Helena, obrigada por segurarem a minha mão nos momentos de fraqueza e de por entender minhas ausências.

A minha querida orientadora Lica (me permita chamá-la assim), obrigada por me orientar de forma paciente e amável e ao mesmo tempo forte e determinada. Com muita sabedoria você sabe o tom certo para cada momento. Você será sempre meu exemplo. Muito obrigada!

Aos professores do PROSS/UFS, cada um no seu tempo e do seu jeito contribuíram ricamente com meu processo de formação: Dr^a Vera Nubia, Dr^a Nailsa, Dr^a Josiane, Dr^a Conceição Vasconcelos (Lica), Dr^a Maria Helena, Dr^a Lucia Aranha, Dr^a Conceição Almeida, Dr^a Nelmiros.

Em especial, as professoras Dr^a Josiane e Dr^a Clarissa, pelas importantes contribuições para a pesquisa durante a realização da banca de qualificação e da banca de defesa.

A minha turma do mestrado, muito obrigada pelo convívio, vocês fizeram os dias ficarem mais leves. Aos funcionários Walter e Ana, obrigada pelo suporte técnico e administrativo.

Em fim, a todos que direta ou indiretamente estiveram comigo nessa caminhada.

RESUMO

O estudo em foco teve como objetivo analisar a origem e motivo das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região. Neste sentido, o debate transcorreu em torno da dimensão operacional da ética norteada pelos princípios que consubstanciaram cada Código de Ética profissional. Em relação aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como técnica a análise as denúncias protocoladas no CRESS Sergipe, bem como as legislações que norteiam a dimensão ética do Serviço Social. O universo da pesquisa é constituído por 18 denúncias protocoladas no CRESS em recorte temporal de 14 anos. O estudo apresenta inicialmente uma reflexão sobre a trajetória histórica do Serviço Social e os ideários que nortearam a apreensão da ética profissional. Em seguida, apresenta o lugar da ética no Serviço Social contemporâneo tendo como pano de fundo o Projeto Ético Político fruto do processo de amadurecimento e posicionamento profissional a partir dos princípios éticos como a democracia, liberdade, equidade e cidadania e a defesa intransigente dos direitos sociais. Por fim, constatou-se que a denúncia como instrumento público de defesa dos "interesses" do usuário e da profissão, é apresentada como possibilidade de observação das condições éticas e técnicas de trabalho, garantia na qualidade da prestação de serviços sociais de forma crítica e do zelo na defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Serviço Social, dimensão ética, denúncia ética, projeto profissional.

ABSTRACT

The present study had as objective to analyze the origin and cause of complaints about ethical irregularities on the professional practice of social worker, submitted to CRESS 18^a region. In this sense, the debate went around the operational dimension of ethics guided by the principles and ideals that consubstantiated each professional Code of Ethic. Concerning to methodological procedures, it's a documental and bibliographic research with and qualitative approach, utilizing as technique the analyses of complaints filed in CRESS Sergipe, as well as the laws that govern the ethical dimension of Social Work. The research universe consists of 18 complaints filed in CRESS in time frame of 14 years. This study initially presents a reflexion about social work historical journey and the ideals which guided seizure of professional ethics. Then, it shows the place of ethics in contemporary Social Work with the backdrop of the Political Ethics Project, a result from the process of maturity and professional position from the ethical principles such as democracy, liberty, equality and citizenship and uncompromising defense of social rights. Inally, it was found that the complaint as a public instrument of defense of the "interests" of the user and the profession, is presented as a possibility to observe the ethical and technical working conditions, guarantee the quality of provision of social services critically and zeal in the defense of human rights.

Key-Words: Social Work, Ethical Dimension, ethical complaint, professional project.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Normativas éticas do Serviço Social – Dados Gerais	46
Tabela 2: Códigos Processuais de Ética do Serviço Social – Dados Gerais	72
Tabela 3: Quantitativo de denúncias éticas no período de 2000 a 2014	81
Tabela 4: Motivo da denúncia por tipo de denunciante	85
Tabela 5: Normativos CFESS acerca das condições de trabalho do assistente social	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da denúncia na fase pré-processual	77
Figura 2 – Perfil dos denunciantes que protocolaram queixas no CRESS 18ª região no período de 2000 a 2014	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistente Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BH – Belo Horizonte

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CE – Código de Ética

CEDH - Comissão de Ética e Direitos Humanos

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DH – Direitos Humanos

DSD – Depoimento sem Dano

PEP – Projeto Ético Político

PNF – Político Nacional de Fiscalização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A ÉTICA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	17
1.1 O ideário social cristão como uma cosmovisão ética no Serviço Social – da gênese profissional até os anos 1960.....	18
1.2 A ética no Serviço Social - pós 1960 até a intenção de ruptura.....	30
1.3 Novos rumos ideopolíticos no Serviço Social – consolidação da proposta de ruptura até os dias atuais.....	37
1.4 A dimensão normativa no Serviço Social – Uma análise dos Códigos de Ética dos Assistentes Sociais.....	43
2 O LUGAR DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.....	53
2.1 A ética como substrato do Ser Social – contribuições filosóficas a partir de Marx.....	55
2.2 O projeto ético político e uma nova ética para o Serviço Social brasileiro.....	60
2.2.1 Código de Ética de 1986 – Novo direcionamento ético no Serviço Social brasileiro.....	61
2.2.2 O Projeto Ético-político no Serviço Social brasileiro.....	65
2.3 A denúncia como instrumento público normativo de efetivação do processo democrático.....	69
3 Particularidades da ética no Serviço Social: uma análise das denúncias éticas no CRESS - 18ª região.....	79
3.1 Panorama das denúncias acerca da irregularidade ética do assistente social em Sergipe....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Essa dissertação possui como temática de estudo a ética no trabalho do assistente social: análise das particularidades das denúncias em Sergipe, tendo como lócus o CRESS 18ª região em Sergipe. Em virtude da abrangência do tema foi delimitado como objeto de pesquisa as denúncias éticas contra assistente social.

O objetivo geral do estudo é analisar a origem e motivo¹ das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região. Para isso, pretende-se: Identificar a quantidade de denúncias que chegam ao CRESS 18ª região; verificar a relação do motivo da denúncia com o tipo de denunciante; Analisar os argumentos apresentados durante a denúncia e sua possível violação ética. E por fim, analisar a relação da denúncia com o processo de trabalho do assistente social e o projeto ético político.

Reconhece-se a relevância dessa pesquisa tendo em vista serem incipientes os estudos acerca dessa temática no âmbito estadual e a importância do resgate da análise documental das denúncias que chegam ao referido CRESS.

Em um levantamento preliminar de bibliografias relacionadas aos fundamentos do Serviço Social, percebe-se que existem algumas produções de núcleos de pesquisas de universidades como UFRJ, PUC São Paulo e algumas universidades da região sul, bem como de órgãos representativos da profissão acerca do debate sobre as denúncias éticas em relação ao exercício profissional do assistente social. Essas produções são motivadas pela construção de uma imagem profissional crítica, norteadas por princípios e diretrizes ético-político em confronto ao debate e prática conservadora.

O interesse em investigar essa temática surgiu a partir de experiência como membro conselheiro da Comissão de Ética do CRESS, no período de 2011 a 2013. Um dos pontos que despertou a atenção por esse debate foi a inferência de que uma denúncia acerca da irregularidade ética no trabalho do assistente social representa as expectativas que o denunciante possui sobre a atuação do Serviço Social. Para compreender as expectativas da sociedade em relação ao papel e aos

¹ Nesse estudo, os termos *origem e motivo*, referem-se ao entendimento de que *origem* é para identificar quem é o denunciante e *motivos* correspondem as razões que fundamentam a denúncia.

procedimentos de trabalho do assistente social em diversos espaços de atuação, se faz necessário retomar o processo sócio histórico do Serviço Social que propiciou o seu surgimento.

O Serviço Social, enquanto profissão tem sua emergência demarcada no estágio monopolista do desenvolvimento do capitalismo. As características que consubstanciaram esse momento se imbricavam a partir do novo ordenamento econômico, através do controle dos mercados, solidificação da consciência e organização política da classe trabalhadora, bem como no posicionamento do Estado ante ao agravamento da questão social, na perspectiva de responder as demandas sociais e aos interesses do capital. É neste cenário que se estabelece “o mercado de trabalho para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais*” (NETTO, 2011, p. 74. grifos originais).

Esse mesmo autor reafirma que “o Serviço Social surge vocacionado para subsidiar a *administração* da ‘questão social’ nos quadros da sociedade burguesa” (NETTO 1989, p. 91, grifos originais), influenciada pelo *pensamento conservador*². Na execução das políticas sociais, os profissionais buscaram estabelecer um caráter técnico ao seu processo de trabalho mediante a utilização de instrumental e de metodologias clássicas, a exemplo das abordagens como caso, grupo e comunidade. Influenciado pelo ideário que consolidava a Ação Católica e na perspectiva de fundamentar a base filosófica e ideológica do seu exercício ou formação profissional, o Serviço Social vai se apropriar das concepções que permeiam o pensamento humanista imbricado na filosofia tomista³.

² O pensamento conservador moderno tem suas bases consolidadas nos desdobramentos da revolução francesa e na ascensão da burguesia diante do enfraquecimento da ordem feudal. Após os acontecimentos de 1848, o pensamento conservador burguês torna-se “um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e às ideias socialistas” (BARROCO, 2010a, p.81) e passa a configurar as reivindicações da classe trabalhadora como “problema” (questão social) de natureza moral. O anticapitalismo romântico e o humanismo cristão darão a sustentação filosófica para “estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social, no contexto de sua origem” (idem, p. 83).

³ Concepção filosófica difundida por Santo Tomás de Aquino, calcada nas reflexões de Aristóteles que apregoava a existência de uma relação harmoniosa entre “Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia” (AGUIAR, 2011, p. 59).

Ao incorporar a filosofia da Doutrina Social Cristã, o Serviço Social não só traduz um movimento político e cultural, mas estabelece um “*único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2011, p. 23). As ideias conservadoras extrapolam o campo ideológico e se materializam no cotidiano de trabalho do assistente social como práxis.

Tal perspectiva vai delineando para o Serviço Social a construção histórica de uma imagem profissional atribuída pela burguesia e que apenas no processo de *renovação profissional*⁴ ocorrerá a intenção de rompimento com a influência desse ideário, tanto no exercício como no processo de formação profissional.

O rompimento com o pensamento humanista cristão e conservador vai ser consubstanciado no Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1960⁵, através da influência e apropriação da tradição marxista que cunhou uma nova imagem renovada para o Serviço Social e o estabelecimento de princípios ideopolíticos que direcionam o pensamento e o comportamento dos assistentes sociais.

Parte-se do pressuposto que existe uma motivação para a realização de uma denúncia de irregularidade ética no trabalho do assistente social. Essa motivação pode ocorrer através de perspectivas distintas, a depender do denunciante: uma das perspectivas possui a finalidade de “alinhamento comportamental” com o intuito de resgatar uma postura ou procedimento conservador. Isto é, condutas e procedimentos que relembram as características listadas por Iamamoto e Carvalho (2009, p. 221) ao se referir as protoformas do Serviço Social, como qualidades inatas a um assistente social: “simpatia, sociabilidade, trato fácil e espontâneo [...]”.

Outra perspectiva visa o alinhamento e direcionamento preconizado nos princípios ético-políticos, estabelecidos pelo Serviço Social mediante projeto de ruptura com o ideário conservador, balizadas no direcionamento à defesa da liberdade, democracia e da universalidade do direito. Assim, a pesquisa parte da

⁴ Categoria utilizada por Netto (2011a) para demarcar período de reflexão crítica vivenciado especificamente no Brasil a partir de meados da década de 1960 a início dos anos 1980.

⁵ Para Netto (2011), o movimento de reconceituação na América Latina possui um recorte temporal que compreendem os anos de 1965 a 1975, e ocorre, além do Brasil, nos países como Uruguai, Argentina, Chile, Peru e outros. No Brasil, o movimento de reconceituação inicia nos marcos da renovação do Serviço Social brasileiro que se estende até os anos 1980.

hipótese que as denúncias se propõem a delinear um perfil profissional que o denunciante (profissional, usuário ou instituição) espera do assistente social. Essa concepção está pautada em uma determinada ótica, seja ela fundamentada no projeto ético político ou na imagem profissional cultural herdada pelo Serviço Social tradicional.

A possibilidade dos usuários ou instituições prestadoras de serviços sociais em denunciar uma atitude ou procedimento profissional que esteja em divergência com as diretrizes éticas é sustentada através de princípios éticos que embasam o Código de Ética do assistente social de 1993. Esta alternativa não constava nos Códigos de Ética anteriores.

Nesse Código de Ética de 1993, percebe-se a presença de normas éticas de estruturação de instrumentos de regulação do exercício profissional, com a finalidade de zelar pela defesa do direito do usuário, bem como de consolidar o compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora através de diretrizes éticas estabelecidas no projeto profissional, como: liberdade, democracia, justiça social, equidade.

É interessante situar que, em 1993, o CRESS em Sergipe, o lócus da pesquisa, deixa de ser delegacia seccional da Bahia e estrutura-se como Conselho Regional 18ª região. E, a partir do ano 2000, o CRESS/SE começa a receber as primeiras denúncias éticas.

A relevância da pesquisa científica consiste em descortinar as particularidades do objeto em estudo. Desta forma, categorias como particularidade, universalidade e singularidade devem permear a compreensão teórica da investigação. Para isso deve-se entender que a dialética entre universal e particular consiste na relação onde “o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade”. (LUCKÁS, 1970, p. 85).

Nesse sentido, referindo-se à questão do método, numa perspectiva ontológica marxiana, Tonet (2013. p.114) afirma que:

[...] cada objeto não é apenas uma síntese específica de universalidade, particularidade e singularidade, mas também o resultado de um determinado processo histórico e social. Totalidade, historicidade e práxis são, pois, categorias fundamentais na configuração dos caminhos para a efetuação do conhecimento.

Assim, estudar um objeto como esse é contribuir para questionamentos que ainda perduram no meio da categoria nos dias atuais: As denúncias éticas que chegam ao CRESS/SE se propõem a delinear um perfil profissional que se espera do assistente social? Esse perfil está pautada em que ótica? No projeto ético político ou na imagem profissional herdada culturalmente?

São questões que demandam uma opção metodológica entre as diferentes abordagens. Nesse sentido, o chão teórico que vai direcionar o estudo sustenta-se no método dialético como a lente norteadora de todo processo da investigação e da análise dos dados. Partindo da análise do objeto concreto, o método dialético possibilita desvelar o fenômeno para chegar essência. Como advoga Netto (2011, p. 22, grifos originais),

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Como relatado anteriormente, o estudo pretende analisar a origem e os motivos que levam pessoas a fazerem denúncias acerca da irregularidade ética do assistente social no exercício profissional. A reflexão faz uso da análise documental das denúncias protocoladas junto ao CRESS 18ª região /SE, no período de 2000 a 2014, bem como, dos Códigos de Ética e dos Códigos Processuais para apreender os fundamentos e a natureza das denúncias.

A análise dos documentos focalizou todas as denúncias protocoladas, a partir da definição de algumas variáveis que as compõem, tais como: área de atuação do

assistente social onde foi feita a denúncia; perfil do denunciado e do denunciante; motivo da denúncia.

O lócus da investigação ocorre no CRESS 18ª região, em Sergipe, e para a coleta de dados foram considerados todas as denúncias protocoladas no CRESS/SE no período de 2000 até 2014. Esse recorte histórico, apesar de abranger 14 anos, foi definido devido ao incipiente quantitativo das denúncias que foram registradas no referido período no CRESS. A pesquisa compreende as seguintes etapas:

Etapa 1 – Seleção, organização dos documentos e realização das primeiras leituras. Etapa 2 – Articulação e fundamentação dos dados às categorias preestabelecidas. Etapa 3 – Coleta dos dados no arquivo central do CRESS 18ª região. Etapa 4 – A análise e interpretação dos dados coletados a partir da hipótese e categorias previstas inicialmente e da discussão teórica fundamentada no estudo.

A estruturação que permeou a análise dos dados partiu, além das categorias básicas do método dialético nomeadas por Netto (2009), totalidade, contradição e mediação, das seguintes categorias: dimensão ética; contexto sócio histórico; Serviço Social.

Para o aprofundamento e compreensão teórica das categorias estudadas nesta investigação, no momento da revisão bibliográfica, foram realizados estudos e leituras de livros, artigos científicos, pesquisas sobre a temática com a finalidade de aprofundar teoricamente a dimensão ética.

Assim, a estruturação da dissertação, encontra-se organizada com a seguinte disposição: O capítulo primeiro intitulado: *a ética na trajetória histórica do serviço social brasileiro* apresenta a perspectiva, o delineamento e os contornos da ética no Serviço Social brasileiro. Expõe o resgate sócio histórico do contexto que propiciou a gênese do Serviço Social até os dias atuais, pontuando a apropriação ideológica do ideário cristão como a lente para compreensão e intervenção na realidade, até o movimento de rompimento com esse pensamento. A partir daí sinaliza a estruturação de valores éticos e políticos na perspectiva da liberdade e emancipação dos usuários do Serviço Social e a dimensão normativa no Serviço Social realizando

uma análise da presença da denúncia em todos os Códigos de Ética dos Assistentes Sociais.

O segundo capítulo apresenta o debate teórico e filosófico que fundamentam a compreensão da dimensão ética no Serviço Social contemporâneo, a partir da aproximação e das contribuições da teoria social de Marx, tendo como espaço temporal a década de 1980. Expõe também o debate acerca da estruturação do projeto ético político e de uma “nova ética” para o Serviço Social brasileiro, além de fazer uma análise dos Códigos Processuais Éticos como mediação para o exercício profissional.

Por fim, é apresentado no terceiro capítulo um panorama das denúncias acerca da irregularidade ética do assistente social em Sergipe através da análise dos motivos das queixas e denúncias protocoladas no CRESS 18ª região no período de 2000 a 2014, buscando Identificar a quantidade de denúncias que chegam ao referido CRESS.

1. A ÉTICA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Esse item faz uma abordagem da dimensão ética no Serviço Social brasileiro e como esta vai se moldando e assumindo a centralidade no exercício profissional, considerando o contexto histórico e conjuntural em que se insere o Serviço Social e como essa dimensão aparece nos Códigos de Ética da profissão.

Para Iamamoto (2011, p. 23), o Serviço Social “nasce e se desenvolve embebido em ideias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador”. São incorporados pelo Serviço Social valores éticos e ideológicos que orientaram a prática profissional numa perspectiva humanitária com base na moral e princípios da doutrina social da igreja. Esse ideário canalizou não só uma concepção de mundo pelo Serviço Social e de uma abordagem individualizante e moralizante da questão social, mas a consolidação dessa forma de pensar através da dimensão ética desde o seu surgimento enquanto profissão.

A influência do ideário da doutrina social da igreja é revelada através dos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975, consolidando um direcionamento para a prática profissional e moldando uma forma de ser e de pensar pelo Serviço Social.

Conforme exposto nas mais diversas literaturas da profissão, a década de 1980 apresenta uma nova direção sobre os rumos do Serviço Social no Brasil, marcada pela chamada “intenção de ruptura” (NETTO, 2011) com os valores e ideários tradicionais e conservadores no âmbito profissional.

O grande marco histórico desse projeto foi estabelecido no ano de 1979, durante a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, mediante a publicização, reafirmação e estabelecimento de novos compromissos dos assistentes sociais com a luta da classe trabalhadora pela liberdade, propiciando um novo posicionamento ideopolítico no enfrentamento da questão social.

O princípio da liberdade presente no código de Ética de 1993 possibilitou a inserção da denúncia ética e do processo ético [...] “como instrumento da sociedade, que visa à garantia das normas materiais previstas pelo Código de Ética do Assistente Social” (TERRA, 2004, p. 7). Apesar de não ser esse o momento, o próximo capítulo vai partir do pressuposto de que o princípio ético da liberdade presente no Código de Ética de 1993, ao salientar a perspectiva horizontalizada na relação entre assistente social e usuários/instituição possibilita a avaliação e o questionamento da conduta ética profissional materializada através das queixas e denúncias.

As normas éticas e os instrumentos de regulação do exercício profissional, estabelecidos a partir dos princípios éticos presentes no Código de Ética do assistente social de 1993, têm a finalidade de zelar pela defesa do direito do usuário, das condições de trabalho dos assistentes sociais e acima de tudo de materializar as diretrizes éticas estabelecidos no projeto profissional.

Diante da contextualização apresentada, pretende-se neste capítulo: primeiro refletir acerca da presença da dimensão ética no Serviço Social desde a sua gênese até a ruptura com a prática tradicional, para em seguida enfatizar os valores presentes nos Códigos de Ética do Serviço Social. Admite-se que o recurso histórico torna-se imprescindível para essa compreensão.

1.1 O IDEÁRIO SOCIAL CRISTÃO COMO UMA COSMOVISÃO ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL – DA GÊNESE PROFISSIONAL ATÉ OS ANOS 1960

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, no contexto da sociedade burguesa é perpassada pela compreensão dos valores morais que estão presentes em diferentes momentos históricos. Assim, para refletir sobre os valores éticos e políticos que permeiam a prática profissional do assistente social faz-se necessário se reportar ao processo sócio histórico de sua origem enquanto profissão, pois esta é compreendida como produto histórico. Debruçar o olhar sobre os fundamentos do

Serviço Social é compreender as bases que o consubstanciam e o consolidam enquanto profissão.

A discussão que envolve a gênese do Serviço Social deve ser percebida através da análise do desenvolvimento do capitalismo e o papel do Estado nesse processo impactando no acirramento da questão social e nas suas diversas formas de expressão. É a partir dessa compreensão que, nos próximos parágrafos, alguns marcos da trajetória do capitalismo serão enfatizados para demarcar a origem da profissão no cenário brasileiro.

A partir do século XIV, a sociedade europeia vivencia a crise do feudalismo que cria as condições para emergir o modo de produção capitalista. Esse modo de produção nasce a partir de vários indicadores, entre eles, o trabalho assalariado, o surgimento do excedente econômico, isto é, quando há uma produção para além das necessidades imediatas, a apropriação individualizada do excedente produzido de forma coletiva. Esse cenário em que emerge na sociedade primitiva e se estende até a idade média, onde ocorre o declínio do feudalismo mediante a interiorização dos burgos, o processo de expansão e estruturação do comércio.

O desenvolvimento do comércio é aquecido pelo crescente processo de expansão de mercantilização, ou seja, a mercadoria produzida precisava “circular” e ser comercializada. Nesse contexto de desenvolvimento mercantil estrutura-se como o *primeiro movimento do capitalismo*⁶ denominado como estágio do capitalismo comercial. As explorações e expansão do mercantilismo se estabelecem num cenário de acumulação primitiva do capitalismo.

Este período, também considerado como pré-capitalismo, é marcado pela transição de uma produção baseada na troca para outro tipo de produção tendo como fundamento o trabalho assalariado. Para Mandel (1982, p. 30), “a acumulação primitiva de capital, cujas origens históricas remontam à gênese do modo de produção capitalista, ganhou sua dinâmica particular precisamente de seu caráter monopolista”. Ressalta que esse desenvolvimento do capitalismo não ocorre de forma linear e sim de forma desigual em diferentes países.

⁶ Netto e Braz (2010) irão explicar e clarificar a estruturação do movimento capitalista através de fases conforme o seu desenvolvimento apresentadas inicialmente por Mandel (1982).

O segundo estágio do desenvolvimento do capitalismo configura-se como capitalismo concorrencial, que compreende a metade do século XVIII até o fim do século XIX, ocorrendo a organização da produção através da “nascente da grande indústria” (NETTO E BRAZ, 2010, p. 171). O processo de desenvolvimento industrial descortinará avanço e modernidade calcada na exploração da força de trabalho e de esmagamento da classe trabalhadora. Neste cenário, surgem as lutas de classes estabelecidas na relação contraditória entre capital e trabalho, configurando-se um ambiente de efervescência, organização e politização da classe trabalhadora.

Na primeira metade do século XIX, a revolução burguesa, movimento que ocorre quando a nova classe em ascensão (grupos mercantis) constrói sua hegemonia político cultural com o colapso do antigo regime, condensa um projeto de emancipação humana⁷ a partir da concepção de *liberdade, igualdade e fraternidade*. Contudo, a burguesia revolucionária apenas emancipou “os homens das relações de dependência pessoal do feudalismo” (idem, p. 19).

Ainda de acordo com Netto e Braz (idem, p. 174), “as lutas de classes se elevam a um novo patamar” levando ao aparecimento de dois atores: a burguesia conservadora e o proletariado revolucionário. Os operários, com a revolução do proletariado de 1848, adquirem uma consciência classista, denominada de consciência de *classe para si*, a partir do conhecimento teórico sobre o capital como opressor.

Paralelo a esse contexto a burguesia transforma-se em classe conservadora na perspectiva de sustentação de uma nova sociabilidade instaurada a partir dos ditames da propriedade privada dos meios de produção e da riqueza produzida.

Advoga Netto (2011, p. 69) que,

A inflexão do desenvolvimento do pensamento conservador decorre entre 1830 e 1848, precisamente quando se evidencia o esgotamento do ciclo revolucionário burguês. [...] O pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, rechaçando a cultura da Ilustração e os traços mais salientes da Modernidade (autonomia do indivíduo, secularização, industrialização, urbanização), em defesa de valores e instituições pré-capitalistas.

⁷ Refere-se aqui emancipação política, calcada com o pensamento marxiano (MARX, 2009) que na sociedade capitalista o princípio da igualdade e liberdade não são consubstanciados em sua totalidade, inviabilizando a emancipação humana em sua plenitude (conforme discorrido na página 35 desse estudo).

Em meados da última fase do século XIX e o início do século XX, ocorre a concentração de produção e do capital gerando o capital monopolista industrial. Concomitante a este cenário, é estruturada a monopolização bancária. A fusão do capital bancário com o capital industrial institui o capital financeiro e a estruturação de uma oligarquia financeira. Nesse contexto, o capitalismo adentra o terceiro estágio de seu desenvolvimento denominado de estágio imperialista, porém a estrutura empresarial típica desse estágio será a monopolista (NETTO e BRAZ, 2010).

Ainda glosando a interpretação de Netto e Braz acerca desse cenário, a partir do ordenamento proposto por Mandel em sua obra “O capitalismo tardio” (1982), os autores afirmam que no último estágio, o capitalismo monopolista, configura-se em três fases distintas: A primeira, considerada como a fase clássica que compreende o período de 1890 a 1940. Em seguida, “os anos dourados” como ficou conhecida, a partir do final da segunda grande guerra até o início da década de 1970. E meados da década de 1970 até os dias atuais a fase chamada de *capitalismo contemporâneo*. (NETTO e BRAZ, 2010, p. 192)

Uma breve análise do panorama internacional do estágio monopolista do capitalismo, em especial para o final da segunda e início da terceira década do século XX, observa-se um contexto econômico marcado por uma crise estrutural do capital, conhecida como a crise de 1929, com diversas repercussões para o cenário mundial. Essa crise repercutiu nas relações econômicas, políticas e sociais dos países centrais do capitalismo, o alto índice de desemprego, ocasionando a diminuição do poder aquisitivo da população e a capacidade de comercialização das mercadorias produzidas em largas escalas gerando um acúmulo de produtos estanques.

Reverter esse cenário ocasionado pela crise e estabelecer estratégias de superação e fortalecimento do capitalismo, demandavam ações, esforços e investimento conjuntos nessa direção. Nesse sentido, é reclamado ao Estado o desempenho de ações para fortalecimento e manutenção do capital levando-o a se modificar conforme demandas determinadas pelo próprio capital. Ou seja, é nesse processo “que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado” (NETTO, 2012, p.26 – grifos originais).

No contexto, de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, fase de maturação e fortalecimento, é que vai suscitar uma nova reestruturação e refuncionalização ao papel do Estado, que prioritariamente tinha um direcionamento econômico com a finalidade de garantir os interesses econômicos (idem) das classes que o hegemonizavam.

O Estado também vai atuar na perspectiva da regulação social mediante a prestação dos serviços sociais. O Estado realiza sua intervenção direta e regulação social com enfoque no desenvolvimento da economia, principalmente através do estabelecimento das políticas sociais que tem o seu período áureo no Welfare State, também chamado “anos gloriosos”.

Nesse cenário internacional, os países periféricos, a exemplo do Brasil, irão se moldar aos países centrais do capitalismo desenvolvendo as características essenciais, inerentes a esse modo de produção. Ressaltando essa particularidade Behring e Boschetti (2011, p. 71) ao fazerem referências ao Brasil, afirmam que mesmo não sendo berço da revolução industrial “[...] as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda mantendo suas características essenciais”.

O Estado ao assumir a questão social como esfera pública, irá demandar às profissões a condução e implementação de políticas públicas. É nesse cenário que o Serviço Social emerge como profissão executiva de políticas sociais mediante a prestação de serviços sociais por diversas instituições, com a função de instrumentalizar a reprodução ideológica da classe dominante. Assim, a legitimidade profissional é dada pelo Estado. Esse é o marco do surgimento do Serviço Social como profissão no Brasil que se configura a partir da década de 1930.

O processo sócio histórico da gênese do Serviço Social é constituído por duas teses contraditórias segundo Montaño (2009), a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica.

Para ele, a perspectiva endogenista, a primeira tese, é a mais difundida e defendida. Pressupõe o desenvolvimento histórico como linearidade delimitado por etapas e fases. Enfatiza o Serviço Social como “*a profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia*” (MONTAÑO, 2009, p. 26, grifos

originais). Nessa concepção, a profissão aparece como uma técnica e sua instituição de legitimidade dá-se pelo caráter técnico científico que assume na vinculação ao tratamento da questão social.

Em oposição a essa concepção teórica, a tese que corrobora esse estudo, é a perspectiva histórico-crítica, na qual se compreende que o Serviço Social surge como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho coletivo, como produto de um projeto político econômico hegemônico “*quando no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’*” (idem, p. 30, grifos originais) nos moldes da sociedade burguesa.

Retomando o resgate histórico sobre o desenvolvimento e movimento do capitalismo, diante de mais uma das crises do capital na década de 1920, Cardoso (2013, p.110) afirma que o Brasil vai se reorganizar, apesar “de sua condição periférica de capitalismo retardatário” através da emergência da burguesia industrial e da modernização dos processos de produção. Para isso, chegam ao Brasil vários trabalhadores da Europa que possuem experiência na operacionalização das máquinas.

Esses trabalhadores trazem consigo a consciência e a organização da classe trabalhadora vivenciada no processo de industrialização europeu, evidenciando no Brasil a questão social.

Nessa conjuntura, Cardoso (2013, p.112) afirma que a igreja Católica, que vinha perdendo seu poder político,

posiciona-se diante da questão social, entendendo esta como um exagero do capitalismo e propondo sua humanização. Vincula-se ao Estado na busca de soluções para tais excessos, apoiando a criação de uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho e, ao mesmo tempo, criando estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora em um processo de recristianização.

Desta forma, o cenário que propiciou a gênese do Serviço Social no Brasil como profissão, está vinculado aos interesses da classe dominante e ao ideário neotomista da doutrina social cristã com o intuito de responder as demandas ocasionadas pelo capitalismo monopolista. Ou seja, o Serviço Social no Brasil surge

na fase monopólica do capitalismo quando o Estado passa a intervir nas expressões da “questão social” através das políticas sociais.

No período entre 1930 a 1945, a igreja católica se propõe a intervir no enfrentamento da questão social, através da mobilização e organização do laicato e possui como “pano de fundo”, num primeiro momento a perspectiva de recristianização da sociedade diante do cenário de crescimento do capitalismo internacional e de segmentos religiosos numa luta contra o liberalismo e o comunismo. Num segundo momento, a igreja vai desempenhar funções de enfrentamento à questão social sob a regulação do Estado.

O Serviço Social surge imbricado e articulado a dois movimentos. Primeiro, ao redimensionamento do Estado no período monopolista, ao passo em que ocorre o fortalecimento da Ação Católica no Brasil, como segundo movimento.

Assim, os interesses do Estado, bem como os da igreja católica, são adensados e fortalecidos mediante a junção desses dois movimentos com o intuito de desenvolver ações de enfrentamento às diversas expressões da questão social.

Essa junção vai propiciar a apropriação do ideário tomista da Ação Católica, numa perspectiva de inserção na divisão social e técnica do trabalho com intervenção reformista conservadora para o assistente social.

Deste modo, através dos movimentos e organizações da igreja, calcado no ideário da doutrina social cristã surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil na década de 1930. A formação do assistente social, no Brasil, estava alicerçada aos pressupostos filosóficos neotomistas onde a formação doutrinária e moral eram elementos fundamentais durante a formação, bem como o aspecto vocacional no processo de seleção dos candidatos.

O ideário neotomista direciona a prática profissional ao apassivamento dos trabalhadores na perspectiva de promover a resignação destes as novas configurações das relações de trabalho no período de desenvolvimento e acumulação do capital.

Nesse momento, as bases do pensamento conservador e positivista vão operacionalizar e nortear a concepção ética e metodológica do exercício profissional. Os pressupostos da doutrina social cristã são utilizados como fundamentos para direcionar a função educativa do assistente social, levando ao tratamento da questão social na dimensão moralizante e individualizada.

No desenvolvimento teórico metodológico, o Serviço Social vai incorporar em seu processo de trabalho os valores morais conservadores do pensamento humanitário difundido pela Ação Católica⁸ para compreender e intervir na questão social. Ou seja, na intervenção profissional há uma preocupação com a habilidade e o desenvolvimento do instrumental técnico para intervenção nas diversas expressões da questão social, contudo o ideário em que o Serviço Social se apropria como justificativa de sua intervenção e manuseio dos instrumentos técnicos fundamenta-se no discurso humanista difundido pelo movimento do laicato, calcado na doutrina social cristã nutrido pela filosofia neotomista.

Assim, no processo de institucionalização do Serviço Social, sua vinculação ideológica foi nutrida pela vertente teórica conservadora que está “enraizada no discurso e na prática profissional, tornando-se parte integrante da configuração da profissão” (IAMAMOTO, 2011, p. 29).

A ação educativa e moralizante adotada como prática profissional para o enfrentamento da questão social ofusca a compreensão das transformações sociais e econômicas a partir da relação antagônica entre capital – trabalho refletindo na questão social e suas diversas formas de expressão.

Ainda segundo reflexões de Iamamoto e Carvalho (2009, p. 233), naturaliza-se no seio do Serviço Social a vocação sob a perspectiva de “servir ao próximo e, atitude não despida de romantismo, de despojar-se de si mesmo para servir à humanidade, que podem ser confundidas com sentido e conteúdo de classe do Serviço Social”. Esse ideário consolidado através do exercício profissional também é incorporado como valor ético, conforme apresenta o item III da introdução do primeiro Código de Ética do assistente social de 1947:

⁸ Ação Católica foi um movimento do laicato no apostolado hierárquico da igreja que possuía a finalidade de divulgar e zelar pela doutrina da igreja em perspectiva a reforma social (AGUIAR, 2011, p. 30).

O Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. (ABAS, 1947).

O pensamento humanista incorporado pelo Serviço Social, conforme observa Gonçalves (2004, p. 46) impossibilita ao assistente social “[...] qualquer sinal de conflito social advindo da luta de classes, da contradição entre capital e trabalho”. Os valores que nortearam o exercício profissional envolvem princípios como solidariedade e harmonia.

Como observado anteriormente, o Serviço Social nasce e se desenvolve vinculado à concepção conservadora burguesa e como sustentação filosófica se apropriará das concepções neotomista. Netto (1989, p. 93), vai advogar que o Serviço Social ao ancorar a prática social a partir de saberes numa perspectiva teórica conservadora, assume perspectiva “antagônica à marxiana”. Pois, ainda para este autor, as vertentes culturais nas quais se inserem Marx e o Serviço Social possibilitam visualizar entre eles duas características distintas, um denominador comum e um inteiro antagonismo.

A teoria social de Marx, em relação à sociedade burguesa desenvolve estudos e estratégias para superá-la, porém, o Serviço Social na sua gênese constitui-se numa estratégia de intervenção do Estado para administrar a questão social. Marx se vincula a uma vertente revolucionária moderna fundada na teoria social articulada sobre a perspectiva de totalidade, por outro lado, o Serviço Social em sua gênese se apropria do pensamento ideológico de restauração à luz da vertente conservadora burguesa. Esse é o viés que os torna antagônicos (NETTO, 1989).

O ponto considerado comum entre os dois é a sociedade burguesa e a questão social como substrato. No entanto, faz-se necessário ter clareza que a questão social consiste como produto dessa sociedade no estágio do capitalismo concorrencial e o Serviço Social emerge enquanto profissão no movimento de transição desse estágio à idade dos monopólios.

Cabe aqui registrar que a vertente teórica conservadora no Serviço Social possui um cenário histórico e temporal determinado pela incorporação do

pensamento e dos valores morais cristãos difundidos na sociedade burguesa. O Serviço Social, em outro determinado momento histórico se nutrirá dos valores revolucionários e reformistas da tradição marxista. O marco histórico de transição ideológica configura-se através do movimento de reconceituação que demarca um período histórico que ocorre nos anos 1965 a 1975.

É possível afirmar que no Serviço Social nunca haver neutralidade ou imparcialidade na ação profissional. Ora atua na perspectiva conservadora burguesa calcada na filosofia tomista, positivista e funcionalista, ora sua ação é influenciada pela tradição marxista. Essas perspectivas irão fundamentar o pensamento e a presença ética no Serviço Social em seu processo sócio histórico.

A primeira perspectiva, conservadora burguesa calcada na filosofia tomista, é percebida através dos artigos dos Códigos de Ética do assistente social de 1947, 1965, 1975, porém, os Códigos de Ética de 1986 e 1993 apresentam sua ação influenciada pela tradição marxista.

Na gênese, do Serviço Social, a ética é incorporada por concepções moralizantes e conservadoras. É através da apropriação do pensamento social da igreja que vai se estruturar a formulação dos objetivos políticos, sociais e éticos, orientando a prática profissional através da postura humanista cristã e do reformismo conservador.

O primeiro Código de Ética do assistente social, 1947, que era considerado como código de conduta moral, apresenta uma “estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da Igreja Católica” e configura-se numa perspectiva doutrinária e de subordinação aos dogmas religiosos (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45).

Esse Código apresenta a compreensão da moral e da ética como “a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947). Assim, *fazer o bem* preconizado nos princípios desse código estabelece um posicionamento para além do trabalho técnico profissional, expresso nos deveres fundamentais desse código na Secção I quando diz: “É dever do assistente social – item 5 - manter uma atitude honesta, correta, procurando

aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão” (ABAS, 1947, Secção I, item 5).

O modelo de procedimento e atitudes que se espera de um assistente social, previsto no Código de 1947, vai delinear um tipo de comportamento profissional que consiste numa postura ética sinônimo de “qualidades inatas” ao assistente social, que deve ser expresso até na sua vida particular, configurando o sentido vocacional da profissão (BARROCO, 2010a).

As décadas de 1940 e 1950, precisamente após a II Guerra Mundial, são palcos do início no Brasil de um processo de desenvolvimento no âmbito econômico e social. Ocorre a estruturação de políticas públicas e surgimento e ampliação de organizações na esfera social ou privada. Nesse contexto o Serviço Social é marcado pelo processo de institucionalização e legitimação estabelecendo e estruturando o mercado de trabalho profissional e suas ações são reconhecidas pela sociedade.

Para Iamamoto e Carvalho (2009, p. 309), “o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos assistentes sociais formados nas Escolas especializadas”. Ora, se as pioneiras do Serviço Social tiveram a legitimidade de sua intervenção pela missão de apostolado social da igreja, agora a legitimidade de sua intervenção virá de um “mandato institucional” (idem, p. 310).

Dessa forma se, por um lado, o Estado vai estabelecer as bases que sustentam a ampliação do mercado de trabalho para o assistente social, através da prestação de serviços sociais pela política sócio assistencial; por outro, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada “para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2011, p. 171).

O processo de trabalho do assistente social será marcado pela incorporação de uma ação técnica e estabelecimento de métodos tradicionais de trabalho. O chão teórico e ideológico que dará sustentação à prática profissional ainda estará

fundamentado pela filosofia tomista e influenciado pelas técnicas e métodos de intervenção norte-americana.

Para Aguiar (2011, p. 80) nesse período percebe-se que no interior do Serviço Social,

[...] não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrario haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas.

A influência norte americana no desenvolvimento e utilização das técnicas, vai demandar ao Serviço Social uma visão funcionalista diante a realidade. Nesse processo denominado de institucionalização do Serviço Social, sua vinculação ideológica será nutrida pela vertente teórica conservadora. Assim, sobre isso advoga Iamamoto (2011, p. 26), que o Serviço Social em sua concepção teórica “passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40”.

Para o Serviço Social, conforme afirma Iamamoto e Carvalho (2009, p. 340), no decorrer da década de 1945 que se estende até a década de 1960, configurou-se num cenário de expansão profissional significativa. Não apenas pela ampliação dos espaços de trabalho, e sim por execução de novas funções exercidas pelos assistentes sociais, como coordenação e planejamento.

Conforme apresentado anteriormente, em meados da década de 1960 vivencia-se um processo de modernização conservadora estabelecida no projeto de autocracia burguesa proposto, na medida em que apoia preservar condições da ordem social capitalista. O projeto de modernização conservadora do Estado configurava na centralidade do poder político social nas mãos de uma burocracia que serve aos interesses dos monopólios imperialistas.

O panorama de alargamento profissional coincide com o esgotamento do populismo e a concepção desenvolvimentista apresenta-se como progressiva, a partir da década de 1960 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009). Neste cenário, o Serviço Social acompanha a modernização e a ampliação do projeto desenvolvimentista no interior das instituições, seja na esfera pública ou privada,

alocando ao assistente social posições e habilidades no desempenho das funções, conforme a seguir.

1.2 A ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL - PÓS 1960 ATÉ A INTENÇÃO DE RUPTURA

A partir da década de 1960, novo cenário político, econômico e social é delineado na condução do enfrentamento à questão social, trazendo consigo alguns desafios para os assistentes sociais em seu processo de trabalho. Há uma preocupação e ênfase na prática profissional, com a dimensão operativa e uma valoração ao uso dos instrumentos técnicos. As demandas apresentadas exigiam do profissional novas posturas e novas técnicas de trabalho, que transcendessem a concepção humanista. Essas demandas irão refletir não só no processo de trabalho do assistente social, como também na sua dimensão ética.

O Código de Ética do assistente social de 1965, expressa uma dimensão ética que não se encontra presente nos Códigos de 1947 e 1975. No entanto, apresenta um ecletismo ético, tem como base de sustentação a filosofia tomista, ao mesmo tempo relaciona a ética profissional às exigências advindas da sociedade moderna com uma direção ética liberal ao configurar o Serviço Social como uma profissão liberal de natureza técnica científica e não mais uma atividade humanista. (BARROCO, 2010a).

Essa nova configuração ao Serviço Social é apresentada ainda no artigo 1º deste Código quando afirma no:

Art. 1º - O Serviço Social constitui o objeto da profissão liberal de assistente social, de natureza técnico - científica e cujo o exercício é regulado em todo o território nacional pela Lei nº 3.252 de 27-08-1957, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 994, de 15/05/1962. (CFAS, 1965)

A ação profissional é configurada, nesse Código, não mais como um compromisso vocacional ou religioso, mas a partir da observação e obrigações legais mediante Lei de Regulamentação da Profissão. Outra característica presente

nesse Código consiste na normatização dos órgãos representativos dos assistentes sociais como agentes fiscalizadores do exercício profissional e do cumprimento dos princípios desse código:

Art. 3º - Ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), órgão criados para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e do presente Código (CFAS, 1965)

O caráter fiscalizador que apresenta esse código denota uma conduta apenas disciplinadora, na perspectiva de alinhamento técnico e de desempenho moral e não configurando como uma política de fiscalização na perspectiva político-pedagógico refletindo *um compromisso coletivo com as demandas sociais e a qualidade da prestação dos serviços*⁹.

Embora o Código de Ética de 1965, comparado ao Código de 1947, apresente um avanço em relação ao processo de trabalho do assistente social, a perspectiva moralizante e a busca de um procedimento e perfil profissional íntegro que extrapole o ambiente de trabalho ainda são percebidos no Código de 1965 quando diz:

Art. 37º - Todo assistente social, mesmo fora do exercício de sua profissão, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para bom conceito da profissão.

É notória a determinação moralista presente no Código de Ética permeando a imagem e postura do assistente social, expressas em valores que transcendem a vida profissional ao determinar um modo comportamental de ser e pensar.

Contextualizando o Serviço Social no processo histórico, a partir de meados da década de 1960, em resposta a uma conjuntura de modernização da sociedade e de estruturação de projetos desenvolvimentistas no país, foi delineado um caráter tecnicista da intervenção profissional. Esse cenário demandou ao Serviço Social

⁹ Sem o intuito de aprofundar esta análise nesse capítulo, cabe ressaltar que o estudo: “Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político” (SANTOS, et ali, 2010) realizado nesse âmbito no CRESS 18ª região, apresenta o debate da operacionalização da Política Nacional de Fiscalização (PNF) em relação ao projeto ético político do assistente social.

revisar e alinhar a ação profissional à estratégias e técnicas de intervenção que confrontassem a prática tradicional.

Nas contradições entre a prática tradicional do Serviço Social e a adoção de novos métodos e técnicas, bem como novas demandas e competências reclamadas aos assistentes sociais no âmbito institucional, consolidou-se o questionamento do sentido e da prática profissional.

Nessa perspectiva, o *movimento de reconceituação na América Latina e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil* – termo adotado por Netto (2011)¹⁰ - representou mudanças e iniciativas em romper com o caráter conservador que deu origem à profissão.

Palma (1977, apud ALAYÓN, 2005, p. 41, tradução nossa), aponta que o movimento de reconceituação brota quando “o desencanto com a função do Serviço Social tradicional se cruza com a crescente expectativa de transformação social”. Ainda para esse autor, inicialmente, o movimento se desenvolve nos países que possuem certa organização da luta de classe. Esse momento configurou uma reflexão crítica do significado da ação profissional. Para Quiroga (1991, p. 86), descortinou-se “a relação entre a ação do Serviço Social e os interesses das classes dominantes da sociedade”.

No cenário brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 1960, alguns questionamentos começam a germinar dentro do Serviço Social quanto à sua natureza e operacionalidade, levando à estruturação e organização de Seminários Temáticos, também denominado de “Seminários de Teorização”. Esses seminários vão acontecer no contexto de instalação do regime militar no Brasil.

O primeiro momento desses debates foi incitado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS e posteriormente através da apropriação das produções teóricas dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. As outras etapas receberam o reatamento do conhecimento produzido no âmbito da pós-graduação e ocorreram sob a condução das entidades representativas dos profissionais, como Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), Conselho Federal e Regional de Assistente Social (CFAS/ CRAS).

¹⁰ Ver nota nº 5.

Para Netto (2011, p. 153), o movimento de renovação profissional no Brasil é configurado em três perspectivas: a primeira, a modernizadora (conservadora) reflexões geradas a partir do Seminário de Araxá (1967), seminário de Teresópolis (1970), Sumaré e Alto da Boa Vista (1978); A segunda, a perspectiva de reatualização do conservadorismo (fenomenologia) tem algumas reflexões divulgadas no Documento do Sumaré (1978) e por fim a perspectiva de intenção de ruptura (marxismo).

As duas primeiras perspectivas (modernizadora e fenomenológica) estão vinculadas ao mesmo ideário conservador, contudo a última fase desse movimento, a intenção de ruptura vai representar a etapa de amadurecimento ideopolítico e emancipatório no Serviço Social brasileiro.

A perspectiva modernizadora configura a primeira etapa do processo de renovação do Serviço Social e se materializa principalmente através da realização do primeiro Seminário de Teorização em Araxá. Este se estrutura a partir da apreensão em estudar e teorizar e aperfeiçoar os métodos de intervenção profissional na utilização de instrumentos técnicos e de metodologias eficientes.

Ainda segundo Netto (2011), o documento de Araxá, é direcionado para um “rompimento”, entendido aí como quebra com a exclusividade do tradicionalismo; contudo ainda, não há um distanciamento com a prática conservadora, o que ocorre é a captura do “tradicional” sobre novas bases.

O projeto modernizador proporcionou avanço a partir do primeiro Seminário em Araxá, tornando-o marco do Serviço Social em fomentar o pensar teórico e metodológico da profissão, embora ainda se mantenha um viés conservador, funcionalista e neopositivista na prática profissional.

Outra característica dessa perspectiva para Aguiar (2011, p. 167) é que possibilitou as primeiras reflexões sobre a prática profissional “questionando a serviço de quem ela está, do poder ou do povo, levando por sua vez a uma análise política da prática”. Propõe modernizar o Serviço Social, porém num viés antirrevolucionário e a manutenção da visão de homem, conforme os pressupostos neotomistas. Nesse período o usuário dos serviços sociais era denominado pelo “cliente”, principalmente no método tradicional do Serviço Social de Caso.

Conforme relatado, anuímos que o processo de modernização do Serviço Social, especificamente em seu primeiro momento, apresentava elementos desenvolvimentistas das concepções de ditadura e que havia a necessidade de alinhamento da prática à responder as demandas políticas da época, em que o Serviço Social Tradicional não dava mais resposta. No cenário desenvolvimentista progressivo de conservação e manutenção da ordem capitalista, o Serviço Social precisava capacitar-se para responder as demandas que lhe eram apresentadas pela conjuntura sócio político econômico.

Essa “resposta” é retratada através dos documentos apenas numa perspectiva prática e operacional, apresentando um distanciamento de uma análise crítica, ideológica e conjuntural da época. Como bem observa Cardoso (2013, p. 140), “[...] a pseudoneutralidade em nome da cientificidade, reforçando a ideia da contribuição do Serviço Social no desenvolvimento do país por meio de sua competência técnica e burocrática”.

Apesar do discurso modernizador, não houve rompimento com os pressupostos neotomistas e, nos documentos e literatura, não aparece nenhuma crítica ou reafirmação a esse ideário doutrinário, consistindo apenas na preocupação de modernização, levando a uma tecnicização ou pragmatismo do exercício profissional, que se materializa no Código de Ética de 1965.

É importante reafirmar que o processo de modernização profissional foi desencadeado num momento de repensar a atuação do assistente social, seja na perspectiva tecnicista e metodológica do exercício profissional, ou seja, como resposta às demandas postas pela conjuntura, no contexto de ditadura militar.

A segunda perspectiva que compõe o movimento de renovação do Serviço Social se configura como processo de reatualização do conservadorismo através da influência dos pressupostos da fenomenologia na prática profissional do assistente social. O cenário que possibilita o desenvolvimento dessa perspectiva, em meados da década de 1970, é desenhado por mais uma crise do capitalismo internacional. No Brasil, vivencia-se a crise econômica e crescente endividamento interno e externo colidindo no enfraquecimento do regime ditatorial.

Para o Serviço Social, inicia-se um debate através da interlocução com as ciências sociais colocando em pauta a crítica a proposta modernizadora e a preocupação de denotar uma cientificidade a prática profissional. Essa postura conduz a uma revisão e reatualização dos pressupostos tradicionais e conservadores através da aproximação da concepção fenomenológica. É clarificado na afirmativa cunhada por Netto (2011, p. 158, grifos originais) que,

o extremo conservantismo desta perspectiva não reside apenas no seu referencial ideocultural (cujo eixo aparece congruente com consagrada interpretação vaticana do cristianismo); antes, ela é perceptível no embasamento “científico” com que constrói a relação do Serviço Social com seus “objetivos” [...] onde em nome da “compreensão”, dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica das realidades macrossocietárias e, derivadamente, de intervenções profissionais que possam ser parametradas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos.

Essa perspectiva, apesar de apresentar-se como uma “novidade” para a prática do assistente social, na verdade redesenha uma proposta conservadora distanciada da intenção de ruptura com o tradicionalismo e reapresenta uma prática profissional pautada na relação individualizada (pessoa – diálogo - transformação) afastando a compreensão da questão social e da relação classista em detrimento a valorização da subjetividade do sujeito no enfrentamento da questão social.

O Código de Ética de 1975 apresenta essa prerrogativa da compreensão da dialética homem-sociedade e reforça a pessoa humana como valor central e de fundamento ao Serviço Social. O texto introdutório desse Código apresenta a concepção personalista que permite perceber a pessoa humana como o centro, o objeto e fim da vida social. (CFAS, 1975).

Dois valores são destacados como essenciais à plena realização da pessoa humana, sendo este o objeto de intervenção do Serviço Social: primeiro, o *Bem Comum* “como um conjunto de condições *materiais e morais concretas* nas quais cada cidadão poderá viver humana e livremente”. O segundo valor destacado no código refere-se à *Justiça Social* “que compreende tanto o que os membros devem ao *bem comum*, como o que a comunidade deve aos particulares em razão desse bem” (CFAS, 1975, p. 2, grifo nosso).

Os princípios e valores que permeiam o código de 1975 expressam a perspectiva de reatualização do conservadorismo sob a influência da filosofia

fenomenológica incorporada pelo Serviço Social como método “subjetivo” de interpretação da realidade. Reafirmado através dessa ótica o homem singular torna-se o objeto de intervenção do Serviço Social.

Para Carli (2013), o usuário (ou cliente como é identificado no Código de 1975) “é considerado pelo assistente social fenomenólogo como um *singular isolado de determinações classistas, sem pertencimento de classe.*” E o “método fenomenológico transforma o Serviço Social em uma *ajuda psicossocial*” (idem, p. 93, grifos originais).

No capítulo II do Código de 1975, o artigo 5º item II, que aborda as relações com o cliente¹¹, apresenta como deveres do assistente social:

b. Esclarecer o cliente quanto ao diagnóstico, o prognóstico, plano e objetivos do tratamento, prestado à família ou aos responsáveis os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Os Códigos anteriores (1947 e 1965) a 1975 apresentam uma relação verticalizada entre profissional e usuário dos serviços. Princípios como: participação, democratização, acesso as informações e liberdade, não aparecem nesses códigos. O que diferencia um código do outro é a intenção de modernização e estruturação teórico metodológica do Serviço Social como profissão, a partir de um contexto conjuntural que demanda respostas em distintos momentos históricos.

Contudo, a filosofia que permeia o pensamento doutrinário dos Códigos de 1947 a 1975 é a concepção moral, acrítica e a “pretensa neutralidade” que mascara um posicionamento ético conservador (BARROCO, 2010a, p. 126). Essa forma de pensar e proceder condiciona ao assistente social à reprodução de uma prática tradicional e conservadora que direciona a manutenção da ordem social burguesa.

A renovação do Serviço Social brasileiro engendrada pelo processo de modernização teórico, metodológico e ético, não configurou um rompimento com o pensamento tradicional. Esse processo ocorrerá num contexto histórico marcado pela transição democrática do país e o estabelecimento de novos valores

¹¹ Terminologia presente no Código de Ética de 1975 e adotada pelos profissionais para fazer referência aos usuários do Serviço Social.

ideológicos que direcionarão a intenção de ruptura com o *Serviço Social tradicional*, conforme a seguir.

1.3 NOVOS RUMOS IDEOPOLITICOS NO SERVIÇO SOCIAL – CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA DE RUPTURA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Considerado como uma etapa do processo de renovação do Serviço Social, o projeto de intenção de ruptura com o pensamento conservador apresenta outra configuração de valor ideológico, político e ético à prática profissional do assistente social, através do projeto ético político.

Meados e fim da década de 1970, o capitalismo experimenta outra crise, a chamada “crise do petróleo”, que como estratégia de sobrevivência do sistema, estrutura outro modelo político de gestão: o neoliberalismo, que propõe uma política de diminuição das funções do Estado, os cortes de recursos destinados ao social e o incentivo a abertura de mercado.

O Brasil, com o enfraquecimento da ditadura militar, no início da década de 1980, vai vivenciar a transição democrática. Porém, nesse contexto, o projeto neoliberal ainda não se materializa no país. O cenário brasileiro é marcado pela luta e organização sindical dos trabalhadores e a oxigenação dos movimentos sociais e estudantis.

Neste contexto, no Serviço Social, o projeto de ruptura à prática conservadora avança ganhando significação diante da abertura democrática e enfraquecimento do regime militar. Outro fator relevante nesse contexto está na aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e a explicitação da questão social enquanto expressão da contradição básica entre capital e trabalho, ou seja, vinculada à luta de classe (CARDOSO, 2013).

Ainda de acordo com Cardoso (2013, p. 181), esse projeto propõe dar respostas às demandas suscitadas e articuladas à luta dos movimentos sociais e

trabalhadores no enfrentamento ao “Estado autoritário burguês na luta pelo fim da ditadura e na referência de construção de um projeto anticapitalista”.

Das três dimensões ou perspectivas do processo de renovação do Serviço Social, o projeto de ruptura teve uma característica de militância e teorização, tendo em vista a preocupação com a dimensão teórico-metodológica, com a produção de conhecimento e a dimensão política.

Como afirmado anteriormente, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no ano de 1979, que ficou denominado como Congresso da “Virada¹²” configurou-se como o marco público para dar visibilidade a esse rompimento com o Serviço Social tradicional. Mas, convém ressaltar a relevância da experiência desenvolvida por grupo de docentes vinculados a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, conhecido com Método BH, além do lançamento do livro de Iamamoto e Carvalho compondo o que Netto (2011) denominou de “intenção de ruptura”.

Nesse sentido, nas duas décadas seguintes, 1980 e 1990, acontece o processo de consolidação do projeto de ruptura, através do estabelecimento de canais de interlocução entre o movimento e a categoria profissional, o fortalecimento da unidade dialética entre teoria e prática, fundamentada pelo ideário da tradição marxista ocasionando no aumento dos cursos de pós-graduação com a finalidade de qualificar e possibilitar cientificidade a prática profissional.

Conforme observado anteriormente, esse processo resultou em um movimento interno que possibilitou aos profissionais debruçar o “olhar” crítico ao significado e natureza do Serviço Social e sua ação profissional. Contudo, além de propiciar a ruptura com o pensamento tradicional e conservador, permitiu também uma reflexão sobre a metodologia no Serviço Social.

Essa preocupação com a metodologia, ou seja, com o “saber fazer” vai permear todo o debate da revisão curricular que resultou na aprovação do currículo de 1982, onde passou-se a privilegiar as “disciplinas de história (do Serviço Social, e não considerando o Serviço Social na história), teoria e metodologia como eixo

¹² Terminologia adotada como marco histórico para identificar o momento político da categoria pela afirmação do compromisso com a luta da classe trabalhadora mediante projeto societário por uma nova ordem social.

básico, desvinculadas dos elementos que dão substância à profissão na realidade e também de sua dimensão operativa” (BEHRING, 2009, grifo originais).

A partir de 1993, é aprovada na Convenção da ABESS, a revisão curricular de 1982 que propõe uma nova lógica curricular que rescinde essa tríade. Estrutura-se, então uma nova proposta de currículo a partir de três núcleos de fundamentos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos, Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Essa nova estrutura curricular prevista nas diretrizes curriculares do projeto de formação profissional, a partir dos pressupostos e dos princípios preconizados no Código de Ética/93 e da Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social), atrela a prática profissional à capacidade reflexiva/ teleológica, que segundo Guerra (2000, p. 29) exige de Instrumentalidade, definida como,

a categoria reflexiva capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e as competências e requisições profissionais, de modo a demonstrar o concreto particularizado das formas de operar da profissão, ou as 'mediações particularizadoras que conferem existência real' (LESSA apud GUERRA, 1995, p. 119).

Para a autora, essa capacidade reflexiva do assistente social propõe uma harmonização nas dimensões que norteiam a prática profissional: a teórico-metodológica, a ético-político e a técnico-operativa.

O Serviço Social, na sua gênese, configurou-se como uma profissão que sempre foi norteadada da “prática pela prática”, ou seja, era peculiar o pragmatismo profissional e o empirismo prático. Contudo, a cada conjuntura e a cada crise do capital o Serviço Social se redimensiona no sentido de apresentar respostas práticas aos novos contornos estratégicos da burguesia dominante na valorização e orientação do aspecto operacional, ou seja, do “saber fazer” profissional.

O projeto de ruptura com a prática tradicional conservadora (1980/1990), vai agregar valor ideológico, ético e político à prática do assistente social, quebrando o “ranço” pragmático sempre presente na trajetória sócio histórico do Serviço Social,

como também a incorporação de outros valores éticos o que representou um avanço e amadurecimento no processo de trabalho do assistente social.

Anuimos com Guerra (2013, p. 45) quando advoga que:

não há lugar para a fé, se o profissional reconhece a teoria que o orienta. O erro do profissional é o de conceber que pode realizar seu exercício profissional sem teoria. Quem desconhece a teoria social que o orienta acaba se tornando instrumento de manipulação da mesma. O mesmo ocorre com os que pensam que o papel da teoria é sancionar e justificar o existente.

Nessa perspectiva é que o projeto profissional de ruptura reclamará ao assistente social um novo posicionamento e procedimento no enfrentamento à questão social, pois propõe que na: “[...] dimensão teórico-metodológica será informada pelo pensamento marxista e sua dimensão ética por uma perspectiva emancipatória, rompendo com a ética tradicional do Serviço Social” (CARDOSO, 2013, p.181).

A ética profissional, na perspectiva de sua particularidade, consiste na “reflexão sobre a moralidade profissional que resulta na eleição de valores e princípios que direcionam o agir profissional, expressando-se, portanto, no cotidiano profissional” (idem, p. 91). Nesse sentido, entende-se por ética tradicional do Serviço Social o conjunto de princípios e valores que alicerçaram o pensamento e a prática profissional na sua gênese.

De forma crítica ao fundamento presente nos códigos anteriores, Barroco (2010a) afirma que a ética tradicional do Serviço Social expressa a moral conservadora burguesa em sua articulação com a cristã e a positivista e “reproduz o preconceito e se opõe à liberdade” (p. 99). Os Códigos de Ética de 1947 a 1975 apresentavam uma postura profissional de neutralidade e imparcialidade frente à realidade. Após a ruptura com o pensamento tradicional e conservador no Serviço Social, outros valores e princípios vão nortear os Código de Ética de 1986 e 1993, como, igualdade e liberdade.

O princípio liberdade passa a ser percebida no Serviço Social como alternativa estratégica para a emancipação humana. Como valor ético central, o princípio da liberdade, presente no Código, estabelece uma nova relação do

assistente social com os usuários do Serviço Social e com profissionais da mesma categoria profissional ou não.

A concepção de liberdade não é “[...] ausência de oposição (entendendo por oposição os impedimentos externos do movimento)” (HOBBS, 1983, p. 130), porém, a liberdade deve ser entendida como um movimento resultante para além de uma autoconsciência, que deve ser objetivada através da práxis humana que potencializa ao homem a capacidade de autodeterminação no desenvolvimento de suas capacidades e competências.

A liberdade consiste na possibilidade de escolhas de alternativas e isso é uma capacidade humana que se expressa e se manifesta objetivamente na realidade como modo de ser concreto do homem. Ela deve ser percebida em duas perspectivas. Primeiro como “capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade”, bem como percebida pela “capacidade prática de criar condições para realização objetiva de escolhas, para que novas escolhas sejam criadas”. (BARROCO, 2010a, p. 59)

A compreensão da liberdade como capacidade “humano-genérica” perpassa pelo entendimento deste como elemento essencial para o desenvolvimento de potencialidades emancipatórias da práxis, que se objetivam como mediação entre os indivíduos e o gênero humano. Assim, o ser social compreende a dimensão singular e genérica e estes se reproduzem na totalidade social (LUKÁCS, 2012).

Essas dimensões são afetadas diretamente pela sociedade capitalista através de elementos contraditórios que reproduzem uma singularidade alienada e uma individualidade interferindo na dimensão “humano-genérica”. Por isso que ao analisar a sociedade capitalista, o jovem Marx¹³ apresenta a incoerência de tornar-se efetiva a emancipação humana no contexto da sociedade burguesa. Em sua obra *Para a Questão Judaica*, Marx apresenta que na sociedade burguesa a liberdade que se apresenta trata-se da liberdade de um indivíduo isolado como “mônada isolada, virada sobre si própria” (MARX, 2009, p. 70).

¹³ Considerada com uma das mais importantes produções marxianas, a obra *Para a Questão Judaica* foi redigida no ano de 1843 quando Marx encontrava-se aos 25 anos de idade. Esta obra acopla um acervo de produções consideradas como “obra do jovem Marx”.

Nesta obra, Marx (2009) apresenta o debate sobre a emancipação humana e emancipação política. Para ele, somente a emancipação humana possibilitará ao homem a plena liberdade da relação de dominação e exploração. Ou seja, isto só será possível em um modelo de sociedade não capitalista.

Marx (idem, p. 71-72) adensa o debate afirmando que

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* [*forças próprias*] como *forças sociais* e, portanto, não sapara mais de si a força social na figura da força *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (grifos originais)

Os fundamentos que norteiam a teoria social de Marx perpassam pelo entendimento ontológico do trabalho como categoria fundante do ser social. Assim, princípios como consciência, liberdade e emancipação são capacidades necessárias para o agir do homem e são desenvolvidas através do trabalho.

Essa concepção vai nortear os princípios éticos estabelecidos pelo Serviço Social a partir do espraio do projeto de ruptura¹⁴ com o pensamento conservador enraizado na natureza do Serviço Social desde a sua gênese. Esse projeto de ruptura configurou-se num momento de amadurecimento do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. Consiste no estabelecimento de um posicionamento ideológico e político em relação ao papel, a atuação e a natureza do Serviço Social em oposição a sociedade burguesa. Influenciado pela tradição marxista, o Serviço Social se sustentará no pensamento revolucionário de Marx para analisar de forma crítica o movimento e a dinâmica da sociedade capitalista.

Valores emancipatórios como liberdade, equidade, igualdade irão consubstanciar a estruturação de um projeto coletivo profissional que se materializa através de diretrizes presentes nos Códigos de Ética nos anos de 1986 e 1993. O alicerce que fortalecerá o pensamento profissional demandará ao assistente social

¹⁴ Termo utilizado por Netto (2011), para identificar a terceira vertente do movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil, referente ao contexto histórico na trajetória do Serviço Social de superação com a perspectiva da prática conservadora.

uma nova consciência ética rompendo com princípios e ideários conservadores presentes nos Códigos de Ética dos anos de 1947, 1965 e 1975.

A postura profissional a partir do estabelecimento de princípios éticos como a democracia, liberdade, equidade e justiça social, consubstanciados no projeto profissional e de formação, apresenta a categoria não apenas uma normativa de conduta, mas um posicionamento ético que deve ser materializado no exercício profissional, tendo como cerne fundamental a defesa intransigente dos direitos sociais e humanos.

Esse cenário possibilitou a ampliação do debate ético no Serviço Social, não mais numa perspectiva conservadora presente nos Códigos de 1947 a 1975, mas na consolidação de princípios democráticos e de liberdade presentes nos Códigos de Ética do Serviço Social de 1986 e 1993. Esses princípios extrapolam a concepção de ética atrelada apenas numa perspectiva comportamental e de conduta no espaço profissional, mas agregam outros valores que reclamam ao assistente social um nível de consciência ético político articulado mediante a um projeto societário justo e democrático.

1.4 A DIMENSÃO NORMATIVA NO SERVIÇO SOCIAL – UMA ANÁLISE DOS CÓDIGOS DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Neste item será apresentada a presença da denúncia acerca da irregularidade ética nos documentos que normatizam o exercício profissional, mediante os fundamentos filosóficos acunhados pelo processo histórico que embasaram e regulamentaram cada Código de Ética do assistente social.

Visando extrair dessas legislações os dados referentes à compreensão do objeto em estudo, considerou-se o seguinte roteiro de análise: 1) ano de publicação do Código de Ética; 2) ideário filosófico que norteia cada Código de Ética; 3)

presença da possibilidade da denúncia de irregularidade ética em cada Código; 4) definição, no Código de Ética, sobre quem pode realizar a denúncia acerca de irregularidade ética.

O Código de Ética consiste em um documento que apresenta um conjunto de normas e regras que direcionam o exercício profissional, referente à concepção da ética, a qual delinea a identidade profissional junto a sociedade. Este deve representar o pensamento coletivo de uma categoria profissional.

Por outro lado, também representa uma dimensão da ética profissional na perspectiva operacional e possui a natureza jurídica e normativa que calçam e estabelecem os parâmetros para o exercício profissional.

Contudo, a ética profissional deve ser percebida para além de uma normatização legal e jurídica configurada no Código de Ética, e de forma objetiva deve ser percebida como,

mediação entre aquela discussão filosófica e a profissão, isto é, a reflexão crítica a respeito da dimensão ética de sua inserção na divisão social do trabalho, dos valores historicamente legitimados pelos profissionais, da direção política neles implícitos e das necessidades sócio-históricas que demandam respostas profissionais. (BARROCO, 2012 p. 148)

A dimensão ética no Serviço Social brasileiro seja no aspecto dos fundamentos filosóficos quanto na operacionalização da ética, em determinado momento histórico incorporou valores conservadores vinculados ao modelo de sociedade burguesa calcado no humanismo cristão. Durante o processo de renovação profissional, o Serviço Social, principalmente com a vertente intenção de ruptura, atrela o projeto profissional à luta da classe trabalhadora.

Desta forma, é importante reafirmar que a presença da ética no Serviço Social é manifestada num processo histórico podendo ser glosada a partir de linhas de pensamentos distintos. Desde a sua gênese como profissão, identificado como Serviço Social tradicional, a ética é fundamentada na doutrina social da igreja e na concepção positivista. Esses fundamentos vão implicar na apropriação de valores morais.

Desta forma, nos Códigos de Ética de 1947 e 1965 havia uma preocupação maior em estabelecer um código de conduta moral para os profissionais de Serviço Social do que em refletir a dimensão ética como ethos profissional.

No Serviço Social contemporâneo, a partir da década de 1980, a ética passa a ser compreendida sobre outro ângulo incorporando ao debate princípios como liberdade, democracia e justiça social. Essa nova dimensão da ética, não mais moralizadora, tem como alicerce a teoria social de Marx¹⁵.

Essa nuance da concepção da ética presente no processo sócio histórico do Serviço Social abrolha em cada Código de Ética valores e direcionamentos distintos referentes ao posicionamento profissional. A possibilidade da formação de uma denúncia acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, seja por parte de profissionais, usuários ou instituições, foi demarcada a partir do processo de amadurecimento profissional e da adoção de um pensamento crítico histórico que possibilitou o rompimento com a visão conservadora e imparcial do profissional de perceber o homem como ser abstrato desconsiderando a sua inserção numa relação de classe e como sujeito de direitos (Código de Ética de 1986 e 1993).

A análise de documentos legais e normativos do Serviço Social, tais como o Código de Ética do assistente social e a Lei de Regulamentação da Profissão, possibilita identificar que a legitimação da possibilidade de denunciar irregularidades éticas no exercício profissional do assistente social está atrelada ao processo histórico que substanciou e norteou a concepção filosófica da dimensão ética da profissão.

Para melhor entendimento das normativas éticas aprovadas no processo sócio histórico do Serviço Social, apresenta-se a seguir a tabela 1 com o mapeamento das legislações analisadas.

¹⁵ Debate que será aprofundado no próximo capítulo.

Tabela 1: Normativas éticas do Serviço Social – Dados Gerais

Ano de publicação	Legislação / Órgão	Características
29/09/1947	Código de Ética / ABAS	Código moral apresenta estreita relação com a doutrina social cristã e o processo de trabalho do assistente social.
15/05/1962	Decreto nº 994	Regulamenta a Lei nº 3.252/1957 sobre o exercício profissional de assistente social e institui o Conselho Federal de Assistente Social – CFAS e do Conselho Regional de Assistente Social - CRAS
08/05/1965	Código de Ética / CFAS	O Código passa a apresentar um caráter legal e uma amplitude técnica e científica para o exercício profissional, porém ainda atrelado ao pensamento conservador. Aborda os órgãos representativos como meio para exercício de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.
30/01/1975	Código de Ética / CFAS	Apresenta dados das reflexões ocasionadas nos seminários de teorização mediante a reatualização do conservadorismo profissional ¹⁶ e a possibilidade de denúncia sobre o exercício ilegal da profissão como dever do assistente social.
09/05/1986	Código de Ética / CFAS	Rompe com a concepção tradicional conservadora presente nos Códigos de Ética anteriores e apresenta uma dimensão política articulando o projeto profissional ao projeto de sociedade.
13/03/1993	Código de Ética / CFESS	Apresenta a ética do Serviço Social a partir da “compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho.” (p.21-22).
07/06/13	Regulamenta a profissão Lei nº 8.662/93	Revoga a Lei nº 3.252/1957. Apresenta avanço profissional em coesão ao projeto ético político da categoria. Altera as denominações para Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no sítio eletrônico do CFESS

Conforme apresentado na tabela acima, o primeiro Código de Ética do assistente social foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, e aprovado em assembleia geral no ano de 1947, legitimando o princípio moral neotomista e conservador do Serviço Social.

Desta forma, fundamentado na concepção filosófica dos pressupostos do humanismo cristão e positivista, nesse Código é apresentado a moral ou ética como

¹⁶ “Vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (NETTO, 2011, p. 157).

“ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 147, p. 01).

Na estrutura desse código é apresentada apenas orientações para o exercício profissional acerca do “dever do assistente social”, bem como o que “não é permitido ao assistente social”. A relação entre profissional e usuário é abordada no item III deste Código de Ética com o seguinte teor: “o Serviço Social trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade” (idem). E ainda no item IV, é reclamada ao assistente social a observância dos princípios da “Deontologia do Serviço Social” e da necessidade de formação “em todos os ramos da Moral”.

Aspectos como: denúncia de irregularidades éticas do exercício profissional e relação do assistente social com os usuários, instituições empregadoras e outros profissionais, não aparecem no Código de 1947.

Após a regulamentação da profissão em 1957 e da organização das entidades representativas dos assistentes sociais (CFAS e CRAS em 1962), em 1962 é revisado o Código de Ética profissional, em 1965. O novo Código apresenta uma amplitude técnica e científica para o exercício profissional, porém ainda atrelado ao pensamento conservador.

A segunda revisão ocorrida em 1975 apresenta transformações na concepção da ética profissional, contudo, ainda é perceptível a manutenção do fundamento filosófico conservador do humanismo cristão. Ou seja, o Código de Ética de 1975 torna-se um marco de continuidade do conservadorismo no exercício profissional apresentando também concepções fenomenológicas na perspectiva de análise da realidade social.

Esses três códigos apresentam normas de conduta e procedimentos que configuram uma postura de neutralidade, imparcialidade¹⁷ e tecnicismo, bem como uma relação verticalizada entre o assistente social e o “cliente”¹⁸.

¹⁷ Artigo 33º do Código de Ética dos assistentes sociais de 1965; Artigo 5º item VII letra C e artigo 6º letra J, ambos do Código de Ética dos assistentes sociais de 1975.

¹⁸ Termo utilizado pelo Serviço Social Tradicional, e presente nos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975, para caracterizar o beneficiário atendido pelos serviços do assistente social.

A concepção de direito estava atrelada ao “bem comum”, com a finalidade de vincular o homem à ordem social e justiça social mediante a reafirmação de ações e valores tradicionais de caráter conservador, moralizante e cristão sobre o fazer profissional.

Ou seja, é reafirmado no Código de Ética de 1975 que o objeto do Serviço Social é a pessoa humana, por outro lado é notória a presença do projeto modernizador do Estado (artigo 8º, Código 1965), do incentivo à uma postura nacionalista por parte do assistente social (artigo 10º, Código 1965) e uma visão positivista sobre a realidade social (artigo 22º, Código 1965).

No Código de 1965, a concepção de ética está atrelada a uma “boa conduta”, ou seja, os deveres do assistente social estão mais direcionados para o cumprimento de um protocolo profissional de “bom comportamento” e de “cuidado com a imagem profissional” do que em garantir o direito dos usuários assistidos pelo Serviço Social. Neste Código é apresentado, os seguintes deveres do assistente social:

Art. 24º O assistente social ter por dever tratar superiores, colegas e subordinados hierárquicos **com o respeito e cortesia devidos** [...]

Art. 25º O assistente social deve **zelar pelo bom nome da entidade que o emprega**[...]

Art. 27º O assistente social deve ser **pontual e assíduo no cumprimento de seus deveres** para com a entidade, jamais relegando o seu trabalho para **ocupar-se de assuntos estranhos à natureza do seu cargo**.

Art. 28º O assistente social exercerá suas funções com **honestidade** [...]

Art. 29º O assistente social deve **ter uma atitude leal, de solidariedade e consideração** a seus colegas, abstenho-se de críticas e quaisquer atos suscetíveis de prejudicá-los, observando os deveres de ajuda mútua profissional. (CFAS, 1965. Grifo nosso).

A chamada “conduta pessoal”, no Código de 1965, reclama ao assistente social o compromisso de integridade mesmo fora do exercício de sua profissão, quando coloca “deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para bom conceito da profissão” (CFAS, 1965, art. 37º).

A partir da criação do CFAS e CRAS, através da Lei nº 3.252/1957 que regulamenta o exercício da profissão de assistente social, a disciplina e a

fiscalização do exercício profissional aparecem como uma das competências desses órgãos. Porém, aos profissionais caberia apenas consultar seus respectivos CRAS sobre o enquadramento dos princípios éticos, sem configurar uma denúncia ética (artigo 24º, parágrafo único, Código 1965).

O Código de 1975, diferentemente dos Códigos de 1947 e 1965, apresenta os direitos do assistente social com relação ao exercício profissional e com relação ao “status” profissional, bem como os deveres “na relação com cliente”.

A partir da análise dos três primeiros Códigos de Ética, visualiza-se que a possibilidade de proceder a uma denúncia acerca do exercício ilegal da profissional ou de uma infração ética, consistia como dever do assistente social¹⁹, sendo vedado a este a recusa em prestar declaração que esclareça o fato e as provas de sua denúncia, bem como em “recusar depor ou testemunhar em processo ético profissional, sem justa causa” (CFAS, 1975) ²⁰.

Arraigado na vertente tradicional, a vedação de forma imperativa ao assistente social em “recusar depor” é carregado pela influência do cenário ditatorial vivenciado no contexto nacional. Outro ponto relevante é que apenas nos Códigos de 1965 e 1975 são apresentadas as penalidades referentes à infração ao Código de Ética²¹.

O fim da década de 1970 e início dos anos 1980 diante de um contexto conjuntural de corrupção, de desrespeito aos direitos humanos mais básicos e desmantelamento das políticas públicas, proporcionou a indagação de vários segmentos da sociedade sobre sua responsabilidade diante desta realidade. Esses questionamentos rebatem nas profissões, demandando ao Serviço Social um repensar sobre a dimensão ética mediante as respostas e posicionamento profissional à este cenário, postulando a necessidade de reformulação do Código de Ética profissional (BARROCO 2012).

Como ainda bem assevera Barroco (idem, p. 143) a revisão do Código de 1986 foi um acontecimento ocasionado mediante a “um conjunto de transformações

¹⁹ Seção I, nº 6 do Código de Ética de 1947; Artigo 5º, item IV, letras D e E do Código de Ética de 1975.

²⁰ Artigo 6º, letras M e N do Código de Ética de 1975.

²¹ Artigo 41º do Código de Ética de 1975; Artigo 9º do Código de Ética de 1975.

sociais que a partir da década de 1960 demandaram um movimento de renovação profissional”.

Conforme relatado anteriormente, esse processo de renovação e amadurecimento profissional, intelectual e político decorrem da aproximação da teoria crítica marxista no Serviço Social que propiciou, desde o final da década de 1970, o fortalecimento das bases para a retomada da crítica e rompimento do pensamento tradicionalista, sendo o grande marco para esse rompimento a experiência do Método de BH²², sendo este o primeiro marco para o processo de renovação profissional.

Assim, os Códigos de 1986 e 1993 são oriundos da adoção do pensamento crítico histórico possibilitando a ruptura com a visão conservadora nos processos de trabalho do assistente social e compreendendo o homem enquanto ser inserido numa relação de classe e como sujeito de direito.

O Código de 1986 transcende a concepção de imparcialidade do assistente social em seu processo de trabalho, presente nos Códigos anteriores, garantindo a ação profissional pautada na “busca de capacitação técnica, teórica-ética e política desencadeada no processo de renovação pós-reconceituação” (BARROCO, 2012, p. 144).

Este Código apresenta uma nova ética como resultado da aproximação e inserção profissional nas lutas da classe trabalhadora, atrelando o projeto de sociedade ao projeto profissional. A partir deste Código o termo usuário substitui cliente para designar a relação entre profissional e o público atendido pelo Serviço Social. Essa relação ocorre de forma horizontalizada à medida que o Serviço Social identifica este usuário, não mais de forma abstrata e individualizada, como percebido nos primeiros Códigos, mas como sujeito de direitos.

O Código de 1993, em sua estrutura, apresenta dois importantes aspectos. Primeiro, apresenta os princípios éticos fundamentais para o exercício profissional e

²² Em meados de 1972 e 1975, é desenvolvido o primeiro trabalho por um “grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o célebre ‘Método Belo Horizonte’” (NETTO, 2011, p. 261), este tinha a finalidade de romper com pensamento tradicional e conservador do Serviço Social em diversos aspectos seja metodológico, interventivo e formativo.

em seguida, a operacionalização da ética a partir da apresentação dos direitos e deveres profissionais.

Neste Código, princípios como democracia e liberdade passam a ter a centralidade na ética profissional.

A democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. (CFESS, 2011, p. 21).

Outro aspecto presente no código de 1993 refere-se ao cuidado de que os valores estabelecidos nos princípios fundamentais do Código sejam “retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a” (idem).

A atenção e zelo profissional no cumprimento do Código de Ética torna-se um compromisso ético-político do assistente social na busca da qualidade da prestação dos serviços e da garantia do direito dos usuários. Desta forma, a quebra desse compromisso, ou seja, da ocorrência de uma infração ética configura-se uma violação do direito do usuário.

Destarte, diante das análises apresentadas, verificou-se que a denúncia acerca da irregularidade ética presente nos três primeiros Códigos de Ética profissional possui uma finalidade corretiva de enquadramento comportamental do assistente social ao que preconizava cada Código. Entretanto, o Código de 1986 apresenta sinais de um ideário adverso à concepção conservadora do Serviço Social, presente nos Códigos anteriores.

Contudo, é na aprovação do Código de ética de 1993 e na revisão da Lei de Regulamentação ocorrida no mesmo ano (lei nº 8.662/93) que se materializam os avanços preconizados no processo de renovação crítica da profissão. Os princípios fundamentais neste Código abordam em diferentes artigos a possibilidade do usuário recorrer aos Conselhos quando constatar infração no atendimento profissional. A esse respeito Barroco e Silva (2012, p. 85) afirmam,

Objetivou responder aos direitos e necessidades do usuário, constituindo-se num instrumento para a sua reivindicação, no caso de ele não ser atendido adequadamente por um assistente social. Assim, com o conhecimento do

CE, os usuários (ou qualquer indivíduo) podem recorrer aos Conselhos Regionais, solicitando a abertura de um processo caso tenham a comprovação de uma infração prevista no CE.

Os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética de 1993, como a democracia, liberdade, equidade e cidadania, que são materializados no projeto ético político como também no projeto de formação profissional, demandam ao assistente social um novo posicionamento ético que deve ser materializado no exercício profissional, tendo como cerne fundamental a defesa intransigente dos direitos sociais.

No próximo capítulo o lugar da ética no Serviço Social contemporâneo será analisado assim como os Códigos Processuais éticos como mediação para o exercício profissional.

2. O LUGAR DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo II apresenta o debate teórico e filosófico que fundamenta a compreensão da dimensão ética no Serviço Social contemporâneo, a partir da aproximação e das contribuições da teoria social de Marx, tendo como espaço temporal a década de 1980. Expõe também o debate acerca da estruturação do projeto ético político e de uma “nova ética” para o Serviço Social brasileiro, além de fazer uma análise dos Códigos Processuais éticos como mediação para o exercício profissional.

O debate dos aspectos da ética, no Serviço Social, é adensado a partir do processo de renovação profissional brasileiro, que agrega novos valores ideopolíticos e uma ampliação na concepção de homem, enquanto sujeito de direito, como também da sociedade classista. Assim, princípios como liberdade, universalidade de direitos e emancipação irão nortear os princípios éticos estabelecidos pelo Serviço Social.

A dimensão da ética passa a ser compreendida como processo que se concretiza no movimento cíclico entre reflexão e ação. Ou seja, expressa-se no campo das reflexões e materializa-se nas formas de agir, e deve ser pensada diante do concreto e não do abstrato. Desta forma, o valor ético, como dimensão concreta, é construído historicamente pelos homens na medida em que vão estabelecendo estratégias de atendimento a determinadas necessidades.

Para Barroco (2010b, p. 16), perceber a ética como processo histórico construído pelos homens, é entendê-la como “categorias teóricas que expressam modo de ser existentes na realidade”, que não devem ser concebidas apenas na dimensão do conhecimento, mas como práxis. Percebida como modo de ser socialmente construído e determinado, ainda para esta autora, a ética “tem sua gênese no processo de *autoconstrução do ser social*” (idem, 2010b, p. 20, grifos originais).

Conforme debatido anteriormente, a “questão ética sempre esteve presente”²³ no exercício profissional dos assistentes sociais, desde a sua gênese como profissão, a partir da terceira década do século XX. Constata-se que a ética no Serviço Social brasileiro estivera atrelada aos valores morais da doutrina social da igreja. Essa perspectiva ideológica de compreensão e percepção da realidade consubstanciou a doutrina presente nos Códigos de Ética do assistente social de 1947 a 1975.

Esses códigos de ética apresentavam “como pano de fundo” para uma postura profissional de imparcialidade frente aos usuários e instituições. O compromisso e deveres profissionais debelavam uma determinada “obediência” ao Estado e as normas institucionais.

A partir da década de 1980, mediante estabelecimento de estratégias para materialização do projeto de ruptura, a ética começa a apresentar uma nova centralidade para o Serviço Social. Rompe com a concepção ideológica de neutralidade e imparcialidade e assume um compromisso com a luta da classe trabalhadora, firmado em ato público durante a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979.

O Serviço Social expande suas ações no âmbito acadêmico na perspectiva da formação profissional através do alinhamento curricular às novas diretrizes ideopolíticas da profissão, estruturação e ampliação dos cursos de pós-graduação, realização de pesquisas e publicações na área.

Para melhor desenvolvimento da reflexão, este capítulo está dividido da seguinte forma: análise da ética como substrato do Ser Social a partir das contribuições filosóficas da teoria de Marx; O projeto ético político e uma nova ética para o Serviço Social brasileiro; análise dos Códigos Processuais e normativos legais da ética no Serviço Social como mediação para o exercício profissional.

²³ A ética, presente no Serviço Social desde a sua gênese, esteve atrelada a concepção da ética cristã num enfoque moralizante e conservador. É a partir da renovação profissional (fim da década de 1970) que a ética terá um novo direcionamento no Serviço Social, sob a influência da teoria social de Marx na compreensão da práxis como campo de possibilidades real e da liberdade como modo de ser concreto do homem.

2.1 A ÉTICA COMO SUBSTRATO DO SER SOCIAL – CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS A PARTIR DE MARX

Neste item, é pretensão apresentar as categorias básicas da teoria social de Marx no que se refere à fundamentação da ética. Em seus estudos, Marx não dedica espaço para o debate e reflexão específica sobre a ética, porém, é no debate marxista que o Serviço Social encontra as bases de sustentação teórica para desenhar a “nova ética”²⁴ profissional a partir da década de 1980.

Assim, serão apresentados alguns aspectos da ética sob a lente marxista identificadas na contribuição teórica de autores como G. Lukács (1970) e L. Barroco (2010b), para subsidiar a compreensão da ética como substrato do ser social e do novo direcionamento ético político no Serviço Social contemporâneo.

A reflexão sobre a ética perpassa por dois eixos de análise, primeiro a dimensão filosófica da ética observando os seus fundamentos e segundo, a dimensão operacional da ética profissional através do ethos profissional.

Neste sentido, a centralidade deste estudo perpassa pela discussão da particularidade da ética no âmbito profissional considerando os processos sócio-históricos e ideopolítico que sustentaram teoricamente todos os Códigos de Ética do Serviço Social.

Para Barroco (2010, p. 18) a ética é revolucionária em Marx e não teria sentido trazê-la como referencial para uma profissão se não articulasse dialeticamente a perspectiva revolucionária com as estratégias para o presente, mesmo em uma sociedade classista.

Desta forma, os fundamentos filosóficos que irão balizar a perspectiva da ética no Serviço Social contemporâneo brasileiro são calcados na teoria social de Marx fundamentada pelo entendimento ontológico do trabalho como categoria fundante do ser social, da compreensão da práxis como campo de possibilidades

²⁴ Termo utilizado por Barroco (2012, p. 47) para identificar a superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos, como resultado da “inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora” e na construção de uma nova visão da sociedade brasileira (CFAS, 1986).

real, bem como a reflexão sobre a liberdade como modo de ser concreto do homem²⁵.

O cerne do pensamento de Marx transcorre pelo entendimento que o homem possui a capacidade de ser o arquiteto de sua própria história. Assim, a forma de proceder ou se comportar eticamente ocorre mediante o desenvolvimento de capacidades essenciais na construção do ser social através do trabalho. Ou seja, é através do trabalho que o homem se desenvolve, enquanto ser social, mediante a capacidade teleológica de transformar a natureza.

Ainda glosando o pensamento de Barroco (1999, p. 121), somente o ser social age eticamente mediante capacidades específicas tais como, o agir com consciência e liberdade, e pela capacidade teleológica. Assim, como os fundamentos da ética são sociais e históricos, se faz necessário entender os fundamentos do homem no movimento dialético e histórico.

Perceber a ética como processo histórico construído pelos homens é entendê-la não apenas na dimensão do conhecimento, mas compreendê-la como práxis. Percebida como modo de ser socialmente construído e determinado, ainda para esta autora, a ética “tem sua gênese no processo de *autoconstrução do ser social*” (BARROCO 2010b, p. 20, grifos originais).

Assim, o trabalho como categoria fundante na construção do ser social, estabelece uma forma de sociabilidade a partir da relação homem natureza. É no trabalho que o homem desenvolve potencialidades objetivas e subjetivas que consubstanciam as bases para a construção do ser social.

Para Lukács (2012, p. 286), o trabalho,

dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha e é transformado pelo seu trabalho [...]. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico.

²⁵ No texto, ao utilizar a terminologia “homem” não é intenção suscitar o debate sobre categoria gênero e suas relações, mas sim para caracterizar o ser humano de forma genérica.

É diante da capacidade de idealizar antes de objetivar o seu trabalho que o homem se distingue dos animais. Através da comparação das principais habilidades desenvolvidas pelo homem com as atividades desenvolvidas pelos animais, Marx (1996, p. 202) apresenta,

Uma aranha executa operações semelhante às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Para ele, os animais possuem limitações no que se refere à atividade vital, sendo esta instintiva e irracional, ou seja, sua afirmação perpassa pelo entendimento do trabalho como ação exclusivamente humana. Assim, é no processo de transcender a vida orgânica, mediante o processo de trabalho que ocorre a distinção entre o homem e os animais. Desta forma, o trabalho como categoria fundante para o estabelecimento do ser social torna-se também o cerne da práxis social.

Para Barroco (1999, p. 121), o homem na sua relação direta com a natureza desenvolve mediações que possibilitam objetivar ações criativas e transformadoras, que em movimento cíclico são denominadas de práxis. Ainda para essa autora, a práxis pode ser entendida como,

atividade prática consciente capaz de (re) criar necessidades e capacidades materiais e espirituais, instituindo um produto concreto antes inexistente. O trabalho é a principal forma de práxis, mas através do trabalho são criadas as condições para outras formas de práxis como a práxis interativa, a práxis política ou a práxis artística (idem, p. 122).

No ser social, a práxis, estabelecida através do trabalho consiste no elemento primordial para o processo de (re) produção do ser social e pela capacidade de idear seu trabalho antes de objetiva-lo.

Partindo do pressuposto que sem a capacidade de ideação o homem não consegue objetivar o seu trabalho, Lukács (2012, p. 287) afirma que a materialização da capacidade teleológica se desenvolve “à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais”. Nesse processo de ideação da produção, a consciência se

desenvolve quando o homem se percebe no trabalho produzido como sujeito histórico.

Para Lukács (2013, p. 47),

O trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material.

A dimensão da ética passa a ser compreendida como processo que se concretiza no movimento cíclico entre reflexão e ação. Ou seja, expressa-se no campo das reflexões e materializa-se nas formas de agir, e deve ser pensada diante do concreto e não do abstrato. Desta forma, o valor ético, como dimensão concreta, é construído historicamente pelos homens na medida em que vão estabelecendo estratégias de atendimento a determinadas necessidades.

Essa capacidade teleológica possibilita ao homem criar alternativas de valor e de escolhê-las de forma livre e consciente, podendo qualificá-las de forma positiva ou negativa. Desta forma, na produção ou reprodução das relações sociais o homem foi valorando e denominando as ações como “boas ou más”, “corretas ou incorretas” e estabelecendo normas morais de convivência e sobrevivência (BARROCO, 1999).

Para Barroco (idem, p. 123) a moral é definida como “conjunto de costumes e hábitos culturais que transformados em deveres e normas de conduta respondem à necessidade de estabelecer parâmetros de convivência social”.

É possível ao homem comportar-se e perceber-se como sujeito ético a partir do movimento da singularidade e universalidade. Ou seja, é no desenvolvimento das atividades e contato com o humano genérico que o homem transcende sua dimensão singular e adquire consciência de sua universalidade.

Esse movimento é explicitado por Lukács (1970, p. 101) quando relata que o “movimento dialético de realidade, tal como se reflete no pensamento humano, é assim um incontável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele”.

Aduando o entendimento sobre a ética a partir dos pressupostos marxistas, Barroco (2010a), acunha que a diferença do ser social e dos animais ocorre através

do processo de trabalho e do desenvolvimento de suas capacidades teleológicas possibilitando ao homem o estabelecimento de mediações. Essas mediações ocorrem provenientes de “conquistas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho” (idem, p. 26).

Como pontuado anteriormente, o homem estabelece mediações que respondem suas necessidades de forma consciente, racional e projetiva. “São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (idem, p. 26), que se posicionam como mediações entre os indivíduos e o gênero humano.

Ainda para Barroco (2010a, p. 57), “a gênese da ação ética é dada pela liberdade, compreendida ontologicamente como uma capacidade humana inerente ao trabalho, tomado como práxis”, a partir do movimento dialético de capacidades como sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade.

Lukács (2012, p. 75) assevera que “a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele [...]”. Sobre isso, Barroco; Terra (2012, p. 54) afirmam que a objetivação do trabalho propicia a instituição de um “novo ser”, “um *ser social*, capaz de agir *conscientemente*, de forma *livre e universal*” (grifos do autor).

A liberdade é percebida como a capacidade de propor e escolher alternativas de forma consciente. Assim, a ética é uma mediação entre consciência e a prática. Nas relações sociais, a objetivação da ética efetiva-se através da sociabilidade na construção de valores, atos e costumes.

Os Códigos de Ética do Serviço Social nos anos 1986 e 1993, que consistem em normas éticas coletivas, expressam o movimento da singularidade e universalidade, na medida em que o assistente social percebe sua atuação nas diversas expressões da questão social como fruto de uma relação contraditória entre capital e trabalho.

O usuário é percebido inserido nessa relação de classe refém do fetichismo e alienação gerada pelo capital. Nos Códigos de Ética de 1947, 1968 e 1975 não

ocorre a percepção desse movimento. Seus artigos não transcendem a esfera da singularidade seja no aspecto profissional ou na relação com os usuários.

O Serviço Social, em seu processo de amadurecimento profissional, encontra na fundamentação ontológica a apreensão da ética como contributo da práxis. Para Barroco; Terra (2012, p. 53) o Código de Ética de 1993, em sua elaboração buscou apoio nas bases ontológicas da teoria social de Marx, visando suporte teórico que assegurasse a fundamentação da concepção ética e dos valores éticos políticos (BARROCO; TERRA, 2012, p. 53).

2.2. O PROJETO ÉTICO POLÍTICO E UMA NOVA ÉTICA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Os Códigos de Ética do assistente social de 1986 e 1993 apresentam-se como marco da ruptura com a perspectiva humanista cristã tradicional, fundamentada pela filosofia tomista e neotomista. Há um rompimento com a visão conservadora do homem como ser abstrato, singular, isolado e sem determinações classistas. A aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx e com a tradição marxista possibilitou a adoção do pensamento crítico dialético e o estabelecimento de estratégias de oposição ao pensamento conservador.

Os avanços ocorridos no processo de trabalho do assistente social materializados a partir da renovação profissional não devem ser analisados descolados dos traços conjunturais. Ou seja, não é possível analisar as singularidades do Serviço Social brasileiro descompassadas com as transformações sociais que reverberaram no avanço teórico e ideológico da profissão.

Nessa ótica, entendendo que esses códigos configuraram-se como importantes instrumentos para superação do rompimento com a prática conservadora faz-se necessário analisá-los separadamente, tendo em vista que os

avanços no Serviço Social não ocorreram de forma linear, mas sim como reflexo do processo histórico.

2.2.1 Código de Ética de 1986 – Novo direcionamento ético no Serviço Social brasileiro

O Movimento de Reconceituação e Renovação profissional²⁶ iniciado em meados da década de 1960 propiciou ao Serviço Social brasileiro o início de um “pensar crítico” sobre o ideário balizador teórico prático da ação profissional. O período de transição entre fim da década de 1970 e início da década de 1980 é marcado, no cenário internacional, por diversas transformações sociais e políticas que refletem e influenciam o cenário brasileiro.

O Serviço Social adentra a década de 1980, estimulado pela necessidade de estabelecimento de estratégias para materialização do projeto de ruptura, a ética começa a apresentar uma nova centralidade para o Serviço Social. Rompe com a concepção ideológica de neutralidade e imparcialidade e assume um compromisso com a luta da classe trabalhadora, firmado em ato público durante a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979.

A revisão do Código de ética do Serviço Social (1975) culminou no novo código aprovado no dia 09 de maio de 1986, constituindo-se como reflexo das diversas transformações sociais ocorridas no contexto nacional a partir da década de 1960. Essas transformações adubaram um cenário que demandou a renovação do Serviço Social brasileiro, ocorrido no período de 1965 a 1980.

A aproximação com o pensamento marxista é incorporada objetivando a militância política e o compromisso com a luta da classe trabalhadora. Para Netto (1989), a teoria de Marx ao ser incorporada pelas correntes “críticas” das chamadas ciências sociais, torna-se um cenário favorável para interlocução da tradição

²⁶ Explicitado na nota nº 09

marxista com os diversos setores do Serviço Social que vai se configurar a partir da década de 1960.

O Serviço Social se apropria da tradição marxista, ainda durante o processo de renovação profissional, que segundo Iamamoto (2012, p. 119) ocorre por duas perspectivas distintas: primeiro “pela prática política de segmentos profissionais e estudantes e informada pela vulgarização marxista, portadora de um universo teórico radicalmente eclético, onde o maior ausente era o próprio Marx”. Outra forma de apropriação ocorreu “por um ‘marxismo’ que veiculava uma visão fatalista e evolucionista da história”. (idem, p. 119).

Diante do exposto é que Netto (1989, p. 98) afirma que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista ocorre de forma enviesada²⁷ “derivada” do ecletismo teórico e desconhecimento das fontes clássicas. Essa apropriação considerada como enviesada da tradição marxista denotará em repercussões éticas e políticas para o Serviço Social, presentes no Código de Ética de 1986.

Essa forma de apropriação do pensamento marxista, ainda para Netto (1989), ocorre diante de um contexto histórico que resultou numa relação superficial com o debate marxista, diante dos seguintes aspectos:

[...] tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas. [...] a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. [...] a aproximação não se deu às fontes marxistas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis. (idem, p. 97)

A aproximação da tradição marxista no Serviço Social advém pela ocorrência de três fenômenos que contribuíram para o movimento de politização da profissão. Primeiro refere-se à crise do Serviço Social tradicional, em seguida, à pressão exercida pelos movimentos revolucionários e por fim pela rebelião estudantil. (NETTO, 1989, p. 96).

²⁷ Termo utilizado por Netto (1989) para explicar a forma de aproximação do Serviço Social com o pensamento de Marx sem apropriação da sua obra.

Ainda na década de 1980, o Serviço Social vai expandir suas ações no âmbito acadêmico na perspectiva da formação profissional através do alinhamento curricular às novas diretrizes ideopolíticas da profissão, estruturação e ampliação dos cursos de pós-graduação, realização de pesquisas e publicações na área.

Para Iamamoto (2011c, p. 234),

Se a reconceitualização viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se, no Brasil, apenas na década de 1980. *Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx* e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heller, entre outros, além dos “clássicos”) (grifos da autora).

Para essa autora, nos anos 1980 o Serviço Social é colocado como objeto de pesquisa, tendo o marxismo como teoria crítica que possibilitou e incentivou a reflexão e “*balanço crítico global dessa profissão: das bases históricas e ideológicas de sua prática*” (idem, p. 236, grifos da autora).

A revisão curricular de 1982, bem como a aprovação do Código de 1986 é demarcada pela efervescência do debate teórico e político no Serviço Social, mediante um contexto de reorientação neoliberal, apresentando um novo direcionamento para a condução das políticas públicas. No campo intelectual e científico ocorre a ampliação do debate sobre a chamada “crise dos paradigmas e a crise do marxismo”, levando ao Serviço Social a retomada a reflexão acerca dos fundamentos da profissão, a aproximação às fontes do pensamento marxiano e ao amadurecimento dos princípios éticos da profissão.

O Código de Ética de 1986 é um documento que possui forte influência dos traços conjunturais, vivenciados na década de 1980, mediante a redemocratização do país, a organização política da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Esse cenário favoreceu à uma nova concepção da ética no Serviço Social na perspectiva da “superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos”. Esses fatores demandaram a necessidade da construção de uma “nova ética” para o Serviço Social (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48).

Diante deste cenário, o Código de 1986, apresentou avanços que o configura como marco na história do Serviço Social brasileiro. Esses avanços se materializaram no domínio da dimensão política, propiciando o rompimento com o conservadorismo mediante a publicização do compromisso com a classe trabalhadora (NETTO, 1999, p.104).

A dimensão política da profissão presente no código de 1986 “foi explicitada de forma objetiva como processo que exigia uma nova ética” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 47). Por outro lado, reclamava ao assistente social um comprometimento e envolvimento com as demandas e necessidades dos usuários do Serviço Social, ou seja, a classe trabalhadora.

No texto introdutório do Código de 1986, é apresentada a necessidade da construção de uma ‘nova ética’ refletida ‘em um novo posicionamento profissional’ que deve ser articulado às lutas da classe trabalhadora, relatando que no processo de movimento e revisão desse Código,

[...] a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva ahistórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira (CFESS, 1986).

Este código apresenta algumas características que o diferenciam dos demais códigos. Segundo Barroco; Terra (2012), o Código de 1986, perde a tendência legalista presente no código de 1975 politizando a natureza do documento, pois configura-se numa construção coletiva da categoria através das entidades representativas.

Outra característica desse código é que se configurou “como produto um processo coletivo de deliberação” do projeto profissional de Serviço Social, contudo articula-se a um projeto de sociedade. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 47).

Ainda em seu texto introdutório, o Código de 1986, apresenta os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional convergindo à uma concepção de compromisso profissional em detrimento a uma postura de neutralidade e imparcialidade presente nos códigos de ética anteriores.

- *A devolução das informações* colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos;
- *O acesso às informações* no espaço institucional e o incentivo ao processo de democratização das mesmas;
- *A contribuição na alteração da correlação de forças* no espaço institucional e o fortalecimento de novas demandas de interesse dos usuários;
- *A denúncia das falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição* e não acatamento de determinação patronal que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- *O respeito à tomada de decisão dos usuários*, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora;
- *O privilégio ao desenvolvimento de práticas coletivas* e o incentivo à participação dos usuários no processo de decisão e gestão institucional;
- *A discussão com os usuários sobre seus direitos* e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora;
- *O apoio às iniciativas e aos movimentos de defesa dos interesses da categoria* e à divulgação no espaço institucional das informações de suas organizações;
- *A denúncia de agressão e abuso de autoridade* às organizações da categoria e aos órgãos competentes;
- *O apoio e/ou a participação nos movimentos sociais* e organizações da classe trabalhadora. (CFESS, 1986, grifos nosso).

Esses princípios e diretrizes presentes no código de 1986, ao passo que apresentam um avanço na dimensão política para o Serviço Social, também apresentam um excesso de ênfase nos aspectos políticos e no aspecto de militância à prática profissional (NETTO, 1999).

O que é notório nesse código é que ele apresenta uma “nova ética”, a partir de uma “nova moralidade”, ou seja, uma nova postura e posicionamento frente a uma luta de classe, porém sem revisar os fundamentos da ética no Serviço Social. Nele é apresentado o reconhecimento e compromisso dos assistentes sociais para a construção de uma nova postura e proceder na dimensão ético político e ideológico da profissão.

2.2.2 O Projeto Ético-Político no Serviço Social brasileiro

A revisão do Código de Ética de 1986 e sua aprovação em 1993 foram impulsionadas e adubadas pelas inquietações conjunturais no cenário nacional e internacional. Os Códigos de Ética de 1986 e 1993 apresentam direcionamento para

o mesmo projeto ético político, contudo, as interpretações da tradição marxista em ambos os Códigos são distintas como produto histórico e conjuntural.

A crise política no Brasil ocasionado pelos escândalos de corrupção que culmina no impeachment do presidente da República²⁸ e fomenta um amplo debate sobre a ética na política brasileira, faz parte da conjuntura da época trazendo rebatimentos para as diversas profissões.

Este cenário também foi marcado pela implantação da política neoliberal no Brasil, período em que a crise capitalista submerge nos países periféricos demandando ao Estado a desresponsabilização com os gastos para o enfrentamento da questão social. Há um dismantelamento das políticas sociais que passam a ser focalizadas e seletivas além de ocorrer a violação aos direitos humanos e sociais.

É nesse contexto que o Código de Ética de 1993 é acunhado favorecendo a ampliação e incentivo do debate ético no Serviço Social com a participação de toda a categoria nas discussões, na reflexão crítica e na produção teórica do Código. Fruto de uma construção coletiva, este reafirma os valores políticos apresentados no Código de 1986, refuta a neutralidade profissional como princípio ético que estava presente nos Códigos anteriores e nega o ideário conservador e moralizante do Serviço Social.

A ética passa a ser compreendida como ferramenta da sociedade na perspectiva do compromisso profissional assumido com um dos onze princípios éticos junto aos usuários de garantir a prestação de serviços com qualidade. Outra característica referente ao Código de 1993 é que a ética no Serviço Social é perpassada pela defesa dos direitos humanos.

O Código de Ética de 1993 é considerado um importante marco no processo sócio histórico do Serviço Social, pois possui características e contribuições relevantes apresentando elementos teóricos que consubstanciou o processo de amadurecimento profissional.

²⁸ Fim de 1992 ocorre o impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Melo eleito nas eleições diretas ocorridas, em 1989, imergido por escândalos de corrupção.

Como direcionamento profissional, os princípios fundamentais desse Código reconhecem a *liberdade como valor ético central*; a *defesa intransigente dos direitos humanos* e recusa do autoritarismo; *defesa da democracia*; a favor da *equidade e justiça social*; e *garantia do pluralismo* (CFESS, 2011).

Apresentando avanços na dimensão política da profissão, o Código de 1986, como relatado anteriormente, apresenta o compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora e o rompimento com a concepção conservadora do Serviço Social. Contudo, o avanço nas dimensões ética e profissional somente será clarificado e apresentado no Código de 1993 (NETTO, 1999).

A concepção ética, na década de 1980 foi concebida atrelada e subordinada à opção política. Porém, é a partir da década de 1990 que a ética passa a ser reconhecida como elemento fundamental do projeto profissional incorporando tanto o acúmulo teórico efetivado nos últimos vinte anos, bem como os novos elementos trazidos ao debate teórico. Para Netto (idem, p. 104) o Código de 1993 “coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional”.

O Código de Ética de 1993, segundo Barroco (2004, p. 35) faz uma distinção entre ética e política e

É a partir da aprovação do Código de 1993 que o projeto profissional começa a ser tratado nacionalmente como ‘projeto ético-político’ e o seu significado histórico não reside em uma questão semântica. Trata-se da compreensão - que [...] ético e político não são sinônimos; são compreendidos como uma unidade, mas seus componentes têm naturezas ontologicamente distintas.

Convém destacar o fortalecimento desse projeto profissional com a aprovação da Lei de Regulamentação da profissão (nº 8.662/93), em 1993, e das diretrizes curriculares, em 1996. Este Código possui como uma de suas características,

pensar a profissão no contexto histórico, garantindo a análise da sua particularidade e da sua relação com outros sujeitos sociais e profissionais, na busca, sob determinadas condições sócio-econômicas, de estabelecer alianças e parcerias, na defesa de valores e princípios comprometidos com a emancipação humana (RAMOS, 2009, p. 42).

Consubstanciado no Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/93, o Projeto Ético Político possui como valor central a liberdade e a democracia como valor ético, na busca da autonomia e emancipação dos indivíduos sociais, bem como publiciza o compromisso ético-político com os direitos humanos.

Para Braz (2004, p. 57) o projeto ético político está declaradamente vinculado a um projeto de transformação da ordem social e é possível identificá-lo em vários documentos que expressam determinadas concepções teórico-políticas. Ele vai apresentar a sistematização das dimensões do projeto ético político em três níveis:

uma dimensão teórica, que envolve a produção de conhecimentos no interior da profissão acumulada nas duas últimas décadas. [...]; uma dimensão jurídico-política, que envolve o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos consagrados no meio profissional. [...]; uma dimensão político-organizativa, onde estão assentados 'tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão' (idem, p. 58, grifos do autor)

Nesse cenário se confira o projeto ético político ao assumir um compromisso com a construção de modelo de sociedade igualitária a partir da defesa da liberdade, democracia e justiça social. Assim, o projeto ético político está atrelado ao projeto societário na perspectiva da transformação social.

Para Teixeira e Braz (2009), os elementos constitutivos e os componentes que materializam o projeto ético político perpassam por pontos imprescindíveis: inicialmente a percepção dos valores e princípios éticos, bem como a matriz teórico metodológica que irá direcioná-la.

Outro ponto refere-se à lógica exploratória, excludente e desigual da sociedade capitalista, publicização e manifestação profissional “nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira” (idem, p. 191).

Assim, o projeto profissional deve marinar nos princípios do reconhecimento da liberdade, no compromisso com a autonomia e emancipação coletiva. Contudo,

negar esses princípios torna-se um campo fértil para uma prática profissional conservadora fragilizando o projeto ético político da categoria.

Em sua análise, Netto (1999), chama a atenção de que a construção do projeto profissional se dá a partir das perspectivas sociais e das condições intelectuais do sujeito coletivo e reafirma que o projeto profissional deve compreender a categoria da pluralidade na sua construção, contudo zelando em relação ao perigo do ecletismo e do conservadorismo em sua ação.

Por fim, reafirma-se que o Projeto Ético Político consiste num projeto de resistência à prática conservadora do Serviço Social tradicional. É uma projeção do fazer profissional vinculado a valores éticos que reafirmam a consciência política da categoria e do projeto societário. É no cotidiano do assistente social que este projeto se materializa.

2.3 A DENÚNCIA COMO INSTRUMENTO PÚBLICO NORMATIVO DE EFETIVAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Este estudo possui como objetivo analisar a origem e motivo das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social. Assim, a possibilidade de apresentar uma denúncia, queixa ou representação junto ao CRESS referente a possíveis irregularidades éticas, seja no âmbito do exercício profissional, na relação institucional ou na observação dos direitos humanos, está assegurada no Código de Ética Profissional, bem como, nos Códigos Processuais.

O Código Processual de Ética do Serviço Social consiste em um documento normativo, elaborado e deliberado coletivamente pelo conjunto CFESS/CRESS mediante Resolução exarada pelo Conselho Federal de Serviço Social. “Regulamentar os trâmites processuais, atos e ritos que devem ser observados pelos CRESS no curso disciplinar-ético”, constitui uma das competências do CFESS (Resolução CFESS nº 660/2013).

Este documento tem a finalidade de instrumentalizar o conjunto CFESS/CRESS para aplicação de normas consubstanciadas no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Apresenta também, todas as etapas do procedimento ético-disciplinar desde a fase pré-processual, fase processual e o julgamento do processo ético, como também todos os atos e procedimentos processuais e suas formalidades e rigor, para que este surta seus efeitos jurídicos.

A denúncia é o primeiro elemento para análise, averiguação e julgamento de uma provável irregularidade ética ocorrida durante o exercício profissional. Nessa perspectiva, pretende-se neste item apresentar os elementos que norteiam o Código Processual do Serviço Social e normativos legais da ética no Serviço Social.

Como discorrido anteriormente, o Código de Ética de 1986 e principalmente, o de 1993 apresentam um compromisso para a construção de um novo modelo de sociedade, bem como, um avanço na relação do assistente social com o usuário, nas relações de trabalho e na elaboração do Código Processual de Ética.

A questão da denúncia aparece nos três primeiros Códigos de Ética, onde demandavam como competência do assistente social denunciar “as falhas das instituições ou de outros profissionais” com a finalidade de ajuste e enquadramento do procedimento profissional às regras do Código de Ética.

Nos Códigos de 1986 e 1993, a questão da denúncia também é apresentada como enquadramento do profissional às regras da categoria, contudo sua função é ampliada para a observação das condições éticas e técnicas de trabalho, garantia na qualidade da prestação de serviços sociais de forma crítica, como também, no zelo pela defesa dos direitos humanos.

Os imperativos éticos e a postura profissional que lhes eram concernentes sinalizavam sempre a intenção e o dever de “ajustar” mesmo entre os assistentes sociais, predominava a perspectiva de se evitar ou de apaziguar as situações de conflito (PAIVA; SALES, 2012, p. 211).

Para Terra (2009, p. 431) com o intuito da defesa dos “interesses” do usuário e da profissão, as normas e os instrumentos de regulação do exercício profissional ganham uma conotação e dimensão de instrumento público “na garantia da relação

democrática, como valor ético central e como única forma de organização social possível de assegurar a igualdade e a equidade”.

Os pilares legais da profissão sejam no Código de Ética de 1993 ou na Lei de Regulamentação da profissão (nº 8.662/93) consistem em instrumentos de defesa da profissão como também dos direitos dos usuários. Estes responsabilizam ao conjunto CFESS/CRESS a observação e zelo pelos princípios éticos.

Entre os instrumentos utilizados pelo conjunto CFESS/CRESS com o intuito de garantir o compromisso ético-político assumido pela categoria encontram-se a formação continuada²⁹ sobre a operacionalização da ética do assistente social, a Política de Fiscalização e Resoluções CFESS que normatizam aspectos do Código de Ética do Assistente Social, a exemplo dos nº 533/2008, 493/2006, 557/2009³⁰.

A Lei de Regulamentação da Profissão de assistente social (8.662/93) confere ao CRESS a competência e atribuição de fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão, bem como, atuar e funcionar como “tribunais regionais de ética profissional” (artigo 10, item II e IV, Lei 8.662/93) como primeira instância em sua área de jurisdição territorial. Ao CFESS compete a atribuição de funcionar como tribunal superior de ética com a finalidade de “julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS” (artigo 8º, item V e VI)³¹.

Conforme previsto no artigo 21, letra b, do Código de Ética de 1993, referente a observância, penalidades, aplicação e cumprimento deste Código, são considerados como um dos deveres do assistente social proceder a denúncia ao CRESS “através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional” (CFESS, 2011, p. 37).

Em caso de descumprimento ou infração das normas e/ou princípios preconizados no Código de Ética, compete ao CRESS a abertura de processo ético e execução das decisões proferidas nos processos ético-disciplinares (Artigo 30 -

²⁹ A exemplo do curso “Ética em Movimento” realizado pelo CFESS/CRESS.

³⁰ Resoluções CFESS relacionadas na Tabela 5, página 90, desse estudo.

³¹ Essas atribuições também foram preconizadas na Lei nº 3.252/1957, artigo 9º item V e artigo 12º, item, VI.

CFESS, 2011, p. 40), bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 24 do Código de Ética/93.

O processo ético configura-se como instrumento legal e eficiente para a recomposição de direitos que foram violados a partir da infração dos princípios éticos preconizados no Código de Ética. O processo ético não é uma abstração, ele só se materializa mediante a motivação ou provocação de um ou vários interessados (TERRA, 2004, p. 11).

A estruturação e a sistemática das ações referentes a instauração de um processo ético estão previstas na Resolução aprovada pelo CFESS que estabelece o Código Processual de Ética. Este consiste em um documento normativo que norteia e orienta sobre os procedimentos legais que legitimam o fluxo operacional desde a entrada e protocolo da denúncia no CRESS até a instauração do processo ético.

Por outro lado, o Processo Ético consiste em um instrumento de natureza pública com a finalidade de garantir as normas preconizadas no Código de Ética, bem como, restabelecer o direito violado. Para Terra (2004, p. 12) a legitimidade do Processo Ético fica “caracterizada em razão da defesa dos interesses da sociedade e do restabelecimento de um direito e ordem pública”.

Para melhor entendimento, apresenta-se uma tabela com o mapeamento dos Códigos Processuais aprovados pelo conjunto CFESS/CRESS:

Tabela 2: Códigos Processuais de Ética do Serviço Social – Dados Gerais

Resolução CFESS nº	Ano de publicação	Características
260	28/10/1991	Considerado o primeiro Código Processual
289	05/02/1994	Cria a Comissão Ampliada de Ética, composta por conselheiros membros da Comissão Permanente de Ética e assistentes sociais da base. Altera os procedimentos referentes ao julgamento da ação ética, insere a possibilidade de réplica durante a execução do processo ético e revisa as fases do processo ético.

334	14/12/1996	Possibilitou que as partes envolvidas no processo participassem de todo o julgamento da ação ética.
428	14/05/2002	Apresenta o detalhamento das fases processuais
660	13/10/2013	Aperfeiçoa as normas processuais
657	28/09/2013	Institui o Código Processual Disciplinar Instrumentaliza o conjunto CFESS/CRESS para o cumprimento do artigo 22 ³² do Código de Ética/93 Apresenta a conceituação e diferença de Infração Disciplinar e Infração Ética

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no sítio eletrônico do CFESS

A análise das Resoluções do CFESS que estabelecem a criação do Código Processual de Ética, citadas acima, permite perceber que a partir do Código de Ética de 1986, e reafirmado, em 1993, há o estabelecimento desse recurso processual possibilitando ao conjunto CFESS/CRESS atuar como tribunal ético a perspectiva de zelar pelo cumprimento do Projeto Ético Político do Serviço Social através da observação dos princípios éticos, bem como desempenhar sua finalidade pública e social.

Apesar de constar no artigo 10, do Código de Ética de 1975³³ a disposição de publicação do Código Processual de Ética, somente na década de 1990 ocorrerá a primeira publicação deste documento. A demora para a publicação do primeiro Código Processual deu-se pelo processo histórico de renovação e reconceituação vivenciado pelo Serviço Social, neste período.

³² Art. 22 - Constituem infrações disciplinares:

a) exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos; b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado; c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado; d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional; e) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal (CFESS, 2011, p. 37).

³³ “Art. 10º - O Conselho Federal de Assistentes Sociais, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Código, expedirá o Código Processual de Ética para os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais” (CFAS, 1975).

Conforme discorrido no primeiro capítulo desse estudo, concomitante ao período da aprovação do Código de Ética de 1975, no cenário nacional vivencia-se o auge do regime ditatorial, o Serviço Social brasileiro vivenciava a fase, denominada por Netto (2011, p. 193) de “perspectiva modernizadora” integrando o processo de renovação profissional. Este consiste em um momento de crítica da profissão mediante a revisão dos fundamentos teóricos, dos métodos de intervenção profissional e dos instrumentos técnicos.

A perspectiva modernizadora apresentava uma preocupação pragmática do Serviço Social e proporcionou grandes construções tornando-o marco do serviço social em possibilitar o primeiro pensar teórico e metodológico da profissão, embora ainda mantendo um viés conservador, funcionalista e neopositivista na prática profissional.

Apesar do discurso modernizador, não há rompimento com os pressupostos neotomistas. Nos documentos da época e literatura não aparecem nenhuma crítica ou reafirmação a esse ideário doutrinário, apenas uma preocupação de modernização através da tecnicização do exercício profissional retomando as abordagens tradicionais de trabalho no Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

É importante reafirmar que o processo de modernização profissional foi explanado num momento de repensar a atuação do assistente social, seja na perspectiva tecnicista e metodológica do exercício profissional, ou seja, como respostas as demandas postas pela conjuntura político econômico.

O debate da ética não ocupou espaço no processo de renovação profissional, especialmente nos encontros de teorização do Serviço Social, nesse período. Contudo, para Barroco (2010a, p. 130) o “código de 1975 já aponta para a tendência tratada por Netto como a reatualização do conservadorismo: a vertente fenomenológica [...]”, respingando no recuo do debate processual ético na época.

Conforme registrado na Tabela 2, a aprovação do último Código Processual de Ética (Resolução CFESS nº 660/2013) e do Código Processual Disciplinar (Resolução CFESS nº 657/2013) apresentam uma distinção entre infração disciplinar e infração ética.

Segundo Barroco; Terra (2012, p. 219) toda infração possui natureza disciplinar, por isso para melhor enquadramento é importante identificar qual a natureza da infração cometida. A infração ética representa a violação dos princípios e normas disciplinares preconizadas no Código de Ética, neste sentido pode-se afirmar que a infração ética é uma modalidade da infração disciplinar.

A infração disciplinar consiste na violação de princípios estabelecidos, sem vinculação ao exercício profissional, mas às regras de conduta do assistente social em relação ao conjunto CFESS/CRESS. Essas normas disciplinares “se destinam a regular a conduta do profissional na relação institucional com sua entidade de fiscalização” (idem, p. 220).

Conforme artigo 22, do Código de Ética/93 constituem infrações disciplinares:

- a) exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
- b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade competente, em matéria destes, depois de regularmente notificado;
- c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
- d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrito no Conselho Regional;
- e) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

A identificação de uma infração ética ocorre mediante representação ou denúncia apresentada:

- a) Pela Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI do CRESS ou qualquer conselheiro do CRESS que teve conhecimento da infração ética pela mídia ou visita de fiscalização;
- b) Declarações e manifestações públicas sejam de usuários do Serviço Social, instituições empregadoras, assistentes sociais, outros profissionais e qualquer pessoa que tenha seus direitos violados mediante a infração ética profissional.

A denúncia, representação ou queixa de alguma irregularidade ética do exercício profissional do assistente social deverá ser apresentada e protocolada no

CRESS, através da apresentação de documento escrito e assinado, conforme listado no artigo 2º, do Código Processual de Ética (Resolução nº 660/2013).

Uma vez recebida a denúncia, representação ou queixa no âmbito do CRESS, este deverá seguir o trâmite e o fluxo, conforme estabelecido no Código Processual de Ética mesmo que em revelia ou desistência por parte do denunciante.

Conforme estabelecido no Código Processual de Ética, a denúncia depois de protocolada no CRESS seguirá o fluxo que consiste em três fases: A fase pré-processual ou instauração, fase processual ou de instrução e julgamento do processo ético.

A primeira fase compreende a chegada da denúncia sobre a irregularidade ética quanto ao exercício profissional. Segundo Terra (2004, p. 25) esta fase antecede a instauração do processo ético.

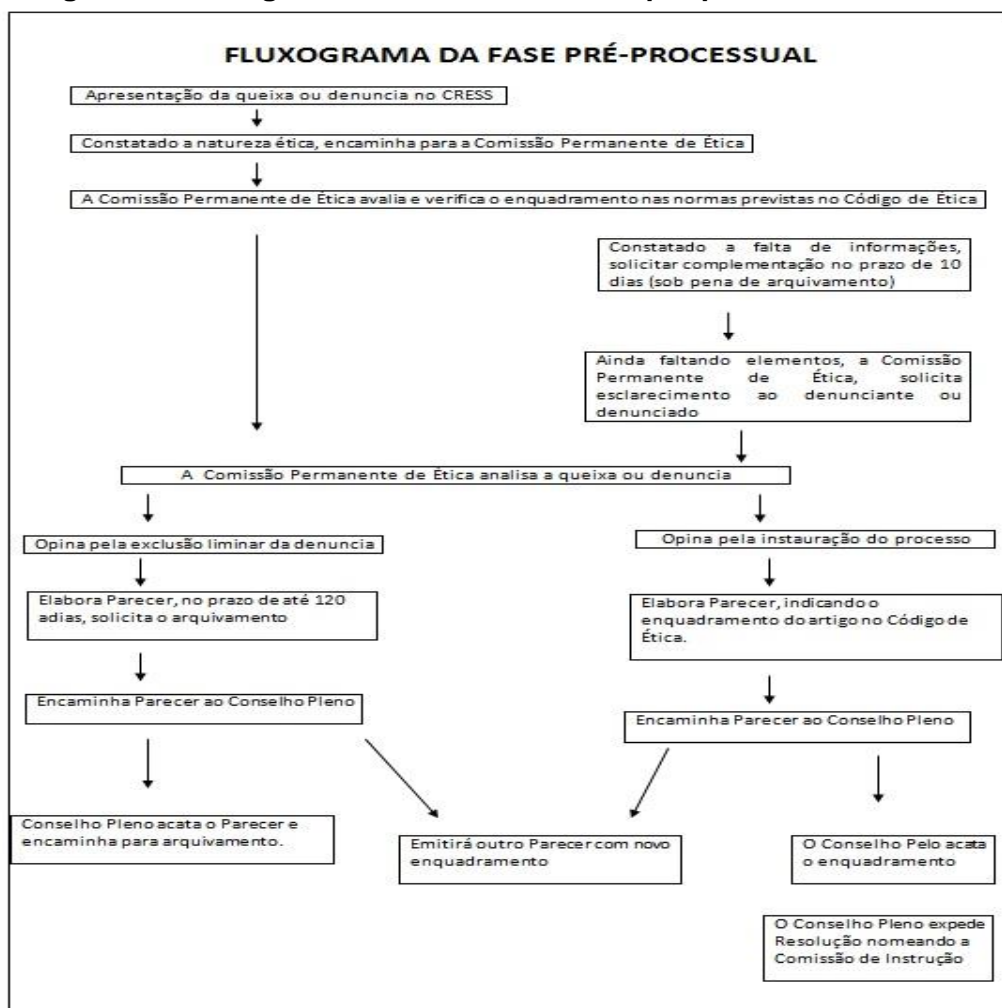
A denúncia não pode ser anônima e deve ser apresentada por escrito e assinado pelo denunciante constando as seguintes informações, conforme artigo 2º (Resolução 660/13):

- a) Nome e qualificação do denunciante;
- b) Nome e qualificação do denunciado;
- c) Descrição circunstanciada do fato, incluindo local, data ou período e nome de pessoas, profissionais e instituições envolvidas;
- d) Prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria;
- e) Indicação dos meios de prova de que pretende se valer para provar o alegado.

Depois de recebida a denúncia, o conselho pleno a encaminhará para análise da Comissão Permanente de Ética³⁴ do CRESS e enquadramento nas normas preconizadas no Código de Ética, conforme Figura 1, na qual apresentam-se as etapas da fase pré-processual.

³⁴ Órgão criado pelo Conselho Pleno do CRESS e instituído no seu regimento, por meio de Resolução e composto, no mínimo, por três assistentes sociais, tendo como presidente, necessariamente, um conselheiro. Não tem competência deliberativa, apenas emitindo parecer sobre a instauração do processo e apreciação do conselho (SIMÕES, 2009, p. 538).

Figura 1 – Fluxograma da denúncia na fase pré-processual



Fonte: Código Processual de Ética – Resolução nº 660/2013.

Conforme apresentado na Figura 1, caso os fatos descritos não apresentem enquadramento no Código de Ética profissional, ou seja, não configurem uma infração ética, a Comissão Permanente de Ética poderá emitir parecer opinando pelo arquivamento da denúncia.

Contudo, havendo enquadramento no Código de Ética/93 e comprovando a possível infração ética, a Comissão Permanente de Ética poderá opinar pela instauração de Processo Disciplinar Ético sinalizando os artigos infringidos.

Aprovada no Conselho Pleno do CRESS pela instauração do Processo Disciplinar Ético e cumpridos os prazos estabelecidos no Código Processual, inicia-se a segunda fase, denominada de processual ou de instrução. Esta fase consiste na análise das provas apresentadas durante a apresentação da queixa e da defesa

do denunciado, bem como a realização de oitivas das testemunhas com a finalidade de congregar elementos que subsidiem o julgamento do processo.

Esta fase deve ser conduzida pela Comissão de Instrução “composta por três assistentes sociais, não integrantes do quadro de conselheiros do regional, nomeados especificamente para a apuração dos fatos daquele processo. Por isso, é um órgão temporário” (SIMÕES, 2009, p. 540).

A etapa final de um Processo Ético ocorre quando este é submetido a julgamento. Segundo Terra (2004, p. 30) o julgamento do Processo Ético é “atribuição exclusiva do Conselho Pleno do CRESS. E o julgamento de recursos, interpostos pelas partes, é de atribuição do CFESS”. Este deve seguir o rito previsto no Código Processual de Ética, com a presença da maioria dos conselheiros do CRESS, defensores das partes e com a Comissão de Instrução.

O resultado da decisão do Conselho Pleno em relação ao julgamento do pleito deverá ser exarado em forma de Resolução, com ciência da decisão julgada pelas partes envolvidas. Assim, compete ao CRESS o cumprimento da “execução das decisões proferidas nos processos disciplinares éticos” (CFESS, 2013, art. 61).

Conforme estabelecido no artigo 24 do Código de Ética/93, as penalidades aplicáveis são as seguintes: multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; cassação do registro profissional (CFESS, 2011).

Diante do exposto acima e retomando o objeto desse estudo que se propõe a analisar a origem e motivo das denúncias acerca de irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, no próximo capítulo será discorrido a análise das denúncias, queixas ou representações protocoladas no CRESS 18ª região, não sendo proposta deste estudo a análise dos processos éticos e desdobramentos adotados pelo conselho, após o protocolo das denúncias.

3. PARTICULARIDADES DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS ÉTICAS NO CRESS - 18ª REGIÃO

Pretende-se nesse capítulo analisar as denúncias acerca da irregularidade ética do assistente social, protocoladas no CRESS 18ª região no período de 2000 a 2014, buscando contemplar os seguintes objetivos: Identificar a quantidade de denúncias que chegam ao referido CRESS e analisar a relação do motivo da denúncia com o tipo de denunciante.

Este capítulo possui a seguinte estrutura: inicialmente apresenta os dados coletados junto ao CRESS 18ª região, no que se refere a mapeamento das denúncias protocoladas no conselho.

Em seguida, reflete os argumentos apresentados pelos denunciantes durante a denúncia e sua possível violação ética, a partir das categorias apreendidas nos capítulos anteriores, e por fim, analisa a relação da denúncia com o processo de trabalho do assistente social e o projeto ético político da categoria.

3.1 PANORAMA DAS DENÚNCIAS ACERCA DA IRREGULARIDADE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL EM SERGIPE

As reflexões realizadas anteriormente contribuíram para a compreensão da dimensão ética no Serviço Social considerando cada ideário e seu direcionamento no processo sócio histórico da profissão. Como já discutido, os Códigos de 1986 e 1993 romperam com a visão filosófica e ideológica que marcaram os anteriores Códigos de Ética do Serviço Social.

Esse processo de rompimento tem como marco a construção de um projeto democrático de oposição ao conservadorismo no Serviço Social que apresenta o compromisso da categoria com os usuários de seus serviços e a construção de outro modelo de sociedade, justa e igualitária.

O processo de amadurecimento profissional consubstanciado através do projeto ético político, reflete também no redesenho do papel e importância das entidades representativas dos assistentes sociais,

especialmente o conjunto CFESS/CRESS, o qual, em sintonia com o avanço teórico-político vivenciado pelo Serviço Social, também passou por um processo de renovação, por meio da superação de suas características iniciais pautadas no corporativismo e no burocratismo (SANTOS, et ali, 2010, p. 154)

Para os autores (idem), esse processo demandou uma ampliação das atribuições do conjunto CFESS/CRESS. Assim, aos CRESS, além de fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão cabe zelar pela observância do Código de Ética. Eles também funcionam como tribunais regionais de ética, em primeira instância, com autoridade de aplicar sanções previstas no Código de Ética (CFESS, 2011, p. 50).

A Resolução CFESS nº 512 de 2007, que dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização - PNF, apresenta as competências do agente fiscal do CRESS, as competências da Comissão de Fiscalização – COFI, como também da Comissão Ampliada de Ética.

A Política Nacional de Fiscalização – PNF, mediante ampliação e renovação na sua estrutura, incorpora uma dimensão político-pedagógica que “evidencia o compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados enquanto direitos sociais historicamente conquistados” (SANTOS, et ali, 2010, p. 148).

O CRESS 18ª região, como espaço particular desse estudo, reflete e desempenha o papel de fortalecer o Serviço Social enquanto profissão, como também de contribuir para efetivação dos direitos sociais. Apesar de deter a representatividade da categoria do estado de Sergipe, sua disposição e normativa assenta no mesmo modelo do CFESS.

Em 1983, deixa de ser delegacia seccional da Bahia e estrutura-se como Conselho Regional. Mas, de acordo com a análise de alguns documentos somente

a partir do ano 2000, o CRESS 18ª região começa a receber as primeiras denúncias éticas³⁵.

Desta forma, com o objetivo de analisar a origem e motivo das denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região, no período de 2000 a 2014, inicialmente foi efetuada a identificação e mapeamento dessas denúncias. Para isso, foi realizado um levantamento dos dados no arquivo central na sede do referido CRESS. Todos os documentos identificados foram catalogados.

O sigilo dos dados foi mantido em cumprimento ao que preconiza o artigo 17 do Código Processual de Ética (Resolução CFESS nº 660/2013) e o artigo 17 do Código de Ética do assistente social/1993. Assim sendo, para preservar a privacidade dos dados coletados eles são apresentados sem identificação e publicização dos denunciantes e denunciados presentes na documentação analisada.

A partir do levantamento realizado, no período de 2000 a 2014, foram identificadas 18 denúncias³⁶ protocoladas³⁷ no CRESS 18ª região, conforme apresentado na Tabela 3:

Tabela 3: Quantitativo de denúncias éticas no período de 2000 a 2014

ANO	QUANTIDADE DE DENÚNCIAS
2014	04
2013	02
2012	03
2011	01
2010	03
2008	02
2006	01
2002	02
Total	18 denúncias

Fonte: Dados levantados junto ao CRESS 18ª região no 1º semestre de 2015.

³⁵ Conforme dados coletados no arquivo central do CRESS 18ª, região realizada no segundo semestre de 2015.

³⁶ Tendo em vista a ocorrência de mudança de endereço da sede do CRESS 18ª região em curto espaço de tempo que antecedeu a realização da pesquisa, os arquivos do conselho não estavam devidamente organizados e dispostos em ordem cronológica, o que poderá implicar em um quantitativo maior de denúncias no referido período.

³⁷ O CRESS 18ª região não possui o procedimento ou registro de protocolo, assim, nesse estudo foram consideradas as denúncias encaminhadas para análise da diretoria do CRESS e realizada o registro em ata de reunião.

A observação da série histórica do registro das denúncias, queixas ou representações apresentadas ao CRESS 18ª região, mostra que no ano de 2002 foram registradas as primeiras denúncias e, em 2014, esse quantitativo é duplicado.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, até a década de 1980 os valores éticos do Assistente Social eram perpassados pela questão técnica, moral e vocacional. Após o projeto de ruptura assumido pela categoria, em 1979, a questão ética apresentou um novo posicionamento ético e político tendo como princípio a liberdade, universalidade de acesso ao direito, justiça social, dentre outros princípios éticos assumidos pela categoria no seu projeto profissional.

Essa mudança ideopolítica nos valores da categoria vai demandar às entidades representativas um esforço coletivo e ações na perspectiva da compreensão desse novo ideário conduzindo a sua materialização no cotidiano do assistente social.

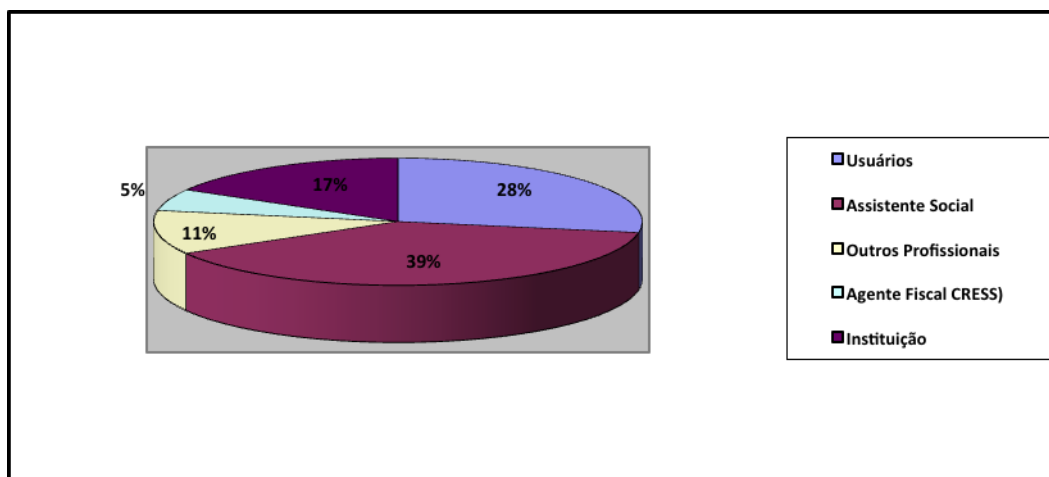
Em 1993, com a regulamentação da Lei nº 8.662/93 e do Código de Ética/93, o conjunto CFESS/CRESS inicia uma ampla divulgação junto aos profissionais, estudantes e usuários do Serviço Social acerca desses instrumentos.

Assim, em meados da década de 1990, é lançada a campanha “Direitos dos usuários”, abordando as competências e atribuições do assistente social e os direitos dos usuários, inclusive de denunciar o profissional mediante procedimentos que infrinjam o Código de Ética/93.

Essa campanha nacional do CFESS/CRESS foi dirigida aos usuários com a finalidade de tornar público o compromisso da categoria com a defesa dos direitos e interesses dos mesmos. Como bem asseveram Barroco; Terra (2012, p. 85) essa iniciativa, “revela o caráter não corporativo do CE, em oposição a tendências históricas das profissões liberais que, com raras exceções, tendem a tratar os seus códigos como instrumentos de defesa de seus interesses profissionais particulares”.

Em relação a origem das denúncias analisadas, verificou-se que as mesmas advêm dos seguintes denunciantes, conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Perfil dos denunciadores que protocolaram queixas no CRESS 18ª região no período de 2000 a 2014



Fonte: Dados levantados junto ao CRESS 18ª região no 1º semestre de 2015.

Conforme dados apresentados, percebe-se que o maior denunciante de irregularidades éticas no âmbito profissional tem sido o próprio assistente social que identifica as prováveis violações e procede a denúncia junto ao CRESS, motivado pelo cumprimento do Código de Ética/1993, bem como pela observação das condições de trabalho.

Mesmo diante de um contexto conjuntural de resgate de princípios conservadores por diversos segmentos da sociedade, de políticas sociais imediatistas e tutelares que contrapõem à perspectiva emancipatória, de fragilidade na formação profissional a partir da propagação do ensino a distância através de cursos EAD, o assistente social, na atualidade, tem buscado pautar sua prática no projeto profissional.

A ampliação de pesquisas e produções teóricas do Serviço Social no âmbito da ética profissional e direitos humanos, como também a formação continuada e publicização do Código de Ética tem demandado ao assistente social um compromisso ético político com a qualidade da prestação dos serviços sociais.

Como visto no capítulo 2 desse estudo, analisar a ética na perspectiva ontológica marxista, é entender o sujeito ético a partir do movimento da singularidade e universalidade, que no desenvolvimento de suas atividades e no contato com o humano genérico o homem transcende sua dimensão singular e

adquire consciência de sua universalidade. O assistente social ao proceder uma denúncia acerca de irregularidade ética, espera fortalecimento e legitimidade do seu exercício profissional.

Para Yazbek (2009, p. 128), compreender a prática profissional perpassa pelo entendimento das dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. Objetiva, na acepção de considerar os determinantes sócio-históricos em diferentes conjunturas. E subjetiva, no “sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção que imprime ao seu fazer profissional”. Pressupõe que o assistente social, por ter conhecimento do aparato legal (Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão) aparece nos dados coletados como sendo o sujeito que mais apresenta ao CRESS a denúncia.

O quantitativo menor de denunciante, no período analisado, está vinculado ao agente fiscal do CRESS. Dentre as atribuições do agente fiscal, previstas na Resolução nº 512/2007, encontra-se a realização de visitas com o intuito de fiscalizar o exercício profissional e verificar as condições éticas e técnicas de trabalho do assistente social.

O processo educativo, preventivo e de orientação sobre as atribuições e competências profissionais, bem como a observação dos normativos técnicos que orientam os processos de trabalho do assistente social, também se configuram como atribuições do agente fiscal. Desta forma, as orientações e correções realizadas ~~pele~~ durante as visitas de fiscalização, podem contribuir para minimizar as ocorrências de irregularidades éticas identificadas pelo agente fiscal.

Um tipo de denunciante encontrado na análise dos documentos coletados no CRESS 18ª região, está relacionado a uma instituição vinculada aos movimentos sociais. Consta-se que não há queixa de irregularidade ética de assistente social, mas sim de denúncias de descumprimento e violação de direitos humanos.

Outros tipos de denunciante, conforme apresentado na Figura 1, são os usuários dos serviços sociais e outros profissionais. O usuário ao proceder a formalização de uma denúncia contra o assistente social, a sua expectativa é de que sua necessidade será suprida e seu direito garantido.

Assim, para o usuário qualquer motivo que dificulte o atendimento de sua necessidade, seja por um “mau atendimento” ou outro motivo é favorável à formulação da denúncia junto ao CRESS, como sinalizado na próxima tabela.

A Tabela 4 apresenta os motivos que levaram os denunciantes a apresentar uma denúncia ao CRESS 18ª região:

Tabela 4: Motivo da denúncia por tipo de denunciante

Denunciante	Motivo da denúncia	Número	Total
Assistente social	Empréstimo do registro profissional para simulação do exercício efetivo do Serviço Social	01	07
	Assinatura em seu nome de trabalho elaborado por outro profissional	01	
	Desagravo público	02	
	Condições de trabalho	03	
Usuário	Abuso de autoridade	02	05
	Assédio	01	
	Mau atendimento	01	
	Bloqueio do usuário em acessar serviço oferecido pela instituição.	01	
Instituição ligada a movimentos sociais	Descuido com material técnico sigiloso	01	03
	Violação de Direitos Humanos	02	
Estagiário de Serviço Social	Abuso de autoridade	01	01
Agente Fiscal do CRESS 18ª região	Realização de terapias como atribuição do assistente social	01	01
Profissional de outra área	Mau Comportamento	01	01
TOTAL DE DENÚNCIAS			18

Fonte: Dados levantados junto ao CRESS 18ª região no 1º semestre de 2015.

A análise dos dados acima mostra que o abuso de autoridade é motivo apresentado tanto por usuário como por estagiários. O Código de Ética de 1993 apresenta no artigo 11, item b, que é vedado ao assistente social “prevaler-se de

cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade” (CFESS, 2011, p. 33).

Este artigo apresenta dois elementos proibidos ao assistente social. O primeiro refere-se a atos discriminatórios de forma em geral. O segundo aborda a proibitiva de profissionais prevalecerem-se de cargos ou posições de superioridade para proceder a abuso de autoridade.

O assistente social, mesmo não ocupando cargo de chefia, na relação com usuários viola o Código de Ética ao se apropriar dos conhecimentos técnicos e legais para exercer uma relação verticalizada e distanciada. Para Barroco; Terra (2012, p. 198) o abuso de autoridade consiste na “conduta pela qual o agente público extrapola o seu dever funcional, se excedendo no ato praticado, ato este com finalidade alheia ao interesse público, valendo-se de sua condição”.

O autoritarismo é caracterizado como uma prática conservadora no cotidiano profissional e está expresso nos dados coletados seja nas manifestações que retratam a relação com o usuário ou com outros profissionais (no caso em análise, com estagiário). O pensamento conservador “fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da autoridade baseada na hierarquia e na ordem” (BARROCO, 2010b, p172).

O assistente social na relação com o usuário pode expressar o autoritarismo mediante o estabelecimento de uma relação de tutela. Como visto no primeiro capítulo, esse tipo de pensamento e procedimento no cotidiano do trabalho profissional foi incorporado a partir da sociabilidade burguesa e encontra-se no processo de formação do assistente social.

Para Bonfim (2015, p. 99),

a nossa sociabilidade contém elementos próprios da moral burguesa, mas também características da nossa formação social anterior que não foram completamente superadas, tais como: o autoritarismo das elites; a lógica do favor que perpassa a relação público/privado; e a tendência à naturalização, moralização e criminalização da “questão social”.

Conforme a Tabela 4, entre os motivos de denúncia apresentado por assistente social, encontra-se o desagravo público.

O desagravo público por ofensa que atinja a honra profissional é um direito do assistente social assegurado nos Códigos de Ética de 1986 e 1993. Esse procedimento ocorre quando durante o exercício profissional, o assistente social sofre ofensas, constrangimento ou injúrias que atinjam a dignidade e a imagem da profissão de Serviço Social.

Para o desagravo público ser considerado como direito do assistente social deve extrapolar a conduta individual, ou seja, ofensas ocorridas de natureza pessoal não se enquadram nesse artigo. Um profissional que sofre uma ofensa que comprometa ou desqualifique o exercício profissional, configura uma ofensa a todos os assistentes sociais.

Para Simões, (2009, p. 525),

O desagravo é um ato de pronunciamento público do órgão regional, na condição de representante da categoria, por meio do qual manifesta, perante a sociedade, seu posicionamento em defesa da profissão, face a tal ofensa, em decorrência da qual uma ou mais prerrogativas profissionais tenham sido ofendidas.

A principal finalidade do desagravo público consiste num instrumento de defesa da profissão e do exercício profissional. Com o intuito de estabelecer os procedimentos sobre o desagravo público previsto no artigo 2º do Código de Ética de 1993, o CFESS aprova a Resolução nº 294/1994.

Em 2003, diante da necessidade de aperfeiçoar os procedimentos que regulam o desagravo público, o CFESS revoga a Resolução 294/94 e aprova a Resolução nº 443/2003.

Conforme a referida resolução, o assistente social que sofrer ofensa deverá, dependendo do caso, apresentar ao CRESS ou CFESS a denúncia ou representação por escrito contendo a descrição dos fatos (CFESS, 2011).

Barroco; Terra (2012, p. 148), apresentam as principais prerrogativas que caso comprovem a violação, autorizam os Conselhos de Serviço Social a promoverem o desagravo público:

1. Ofensa praticada contra a honra do profissional ou que atinja a profissão e, conseqüentemente, toda a categoria profissional;
2. Livre exercício das atividades inerentes à profissão;

3. Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação; garantia do sigilo profissional;
4. Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
5. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, bem como na utilização de instrumentos e técnicas de atribuição ou competência do assistente social, em conformidade com as disposições previstas pela Lei n. 8.662/93, ou com as normas que forem regulamentadas ou expedidas pelo CFESS.

Nos dados levantados nesta pesquisa, observou-se que nas duas denúncias com a perspectiva de agravo público, os profissionais se queixaram que foi solicitado por seus superiores a alteração do parecer em relação a situação sócio econômica de usuário, desrespeitando o parecer técnico do assistente social.

Segundo a Resolução nº 443/2013, comprovada a ofensa à imagem ou ao exercício profissional, seja cometido por pessoa física ou jurídica, o conselheiro relator eleito pelo Conselho Pleno do CRESS ou CFESS para análise do caso, determinará o dia, horário e local para realização do ato ou pela retratação pública do ofensor, através dos meios de comunicação. O procedimento adotado deverá garantir a preservação da imagem do profissional que foi atingido em sua honra profissional.

Outro dado apresentado na Tabela 4, como motivo de denúncia, refere-se às condições de trabalho. O Código de Ética de 1993, em seu artigo 2º, apresenta como direito do assistente social a defesa das prerrogativas e da qualidade do exercício profissional do assistente social.

As condições de trabalho adequadas para o exercício profissional do assistente social corroboram com a garantia dos princípios éticos estabelecidos no Código de Ética de 1993 e com o compromisso com a qualidade dos serviços prestados a sociedade. Ou seja, o direito do assistente social no cumprimento do seu exercício profissional representa a garantia do direito do usuário.

O foco da presente investigação é análise das denúncias acerca de irregularidade ética no exercício profissional, contudo, cabe registrar a presença de normativos que materializam a garantia de melhores condições de trabalho do assistente social, preconizadas no Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação nº 8.662/1993, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Normativos CFESS acerca das condições de trabalho do assistente social

Resolução CFESS nº	Ementa
493/2006	Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.
533/2008	Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.
559/2009	Dispõe sobre a atuação do assistente social, na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha.
557/2009	Dispõe sobre emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre assistentes sociais e outros profissionais.
556/2009	Dispõe sobre os procedimentos para efeito de lacração de material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social.
569/2010	Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício do (a) assistente social.
568/2010	Regulamenta o procedimento de aplicação de multa às Unidades de Formação Acadêmica em caso de descumprimento das normas estabelecidas na Resolução CFESS nº 533/2008.
572/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos CRESS, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob nomenclatura de “cargos genéricos”.
582/2010 e 588/2010	Revisão da consolidação das Resoluções do conjunto CFESS/Cress, que estabelece novos requisitos para inscrição nos Cress.
594/2011	Altera o Código de Ética do/a assistente social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social (CFESS 2011).

Soma-se também a esses normativos a Política Nacional de Fiscalização e a Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 que estabelece a duração do trabalho do assistente social de 30 horas semanais.

Diante dos dados acima, pode-se considerar que a não observação e garantia das condições necessárias de trabalho do assistente social, consiste numa violação ética por comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.

A dimensão ética é essencial para consolidação da identidade profissional articulada com as dimensões técnico-operativo e teórico-metodológico, assim, quando uma instituição não garante as condições éticas e técnicas de trabalho o

profissional deverá notificar a fiscalização do CRESS para averiguar a situação. (Resolução CFESS nº 493/2006).

A partir da análise dos dados apresentados anteriormente na Tabela 4, referente aos motivos e razões que levaram a oficialização de uma denúncia acerca de irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, relacionando a origem dessa denúncia, ou seja, ao tipo de denunciante, é possível sinalizar três aspectos.

Primeiro, observa-se que as cinco denúncias apresentadas pelos usuários, bem como a denúncia apresentada por outro profissional estão atreladas a um “modo de comportamento”.

Nessa última denúncia, apresentada por colega de trabalho do assistente social (profissional de outra área) queixou-se de mau comportamento do assistente social em um espaço que não configurava o local de trabalho. Ou seja, havia uma expectativa do denunciante que o assistente social “fosse íntegro” mesmo fora do seu espaço profissional.

Esse pensamento corrobora com o que preconizava o artigo 37 do Código de Ética de 1965:

Todo assistente social, *mesmo fora do exercício de sua profissão*, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando *firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético*, contribuindo para bom conceito da profissão (CFAS, 1965, grifo nosso).

Apesar do processo de amadurecimento do Serviço Social, fruto do processo sócio-histórico, ter ampliado a concepção da profissão descolando sua atuação do pensamento conservador para uma perspectiva democrática e emancipatória, o usuário ainda espera do assistente social o profissional que irá resolver suas necessidades, que acolhe e sabe ouvir, que seja “educado” ou possua uma “boa conduta moral”.

Para Ortiz (2011, p. 128),

Até 1986 os princípios éticos tradicionais embasavam indistintamente a imagem do Serviço Social no Brasil para os usuários dos serviços, para os empregadores e para os próprios assistentes sociais. Assim, a imagem

socialmente consolidada do Serviço Social caminhava lado a lado com a autoimagem de seus profissionais.

Os Códigos de Ética de 1947 a 1975, mesmo apresentando uma característica técnica e modernizadora para o exercício profissional delineiam uma imagem profissional que ultrapasse a esfera do trabalho.

O projeto profissional, que para Netto (1999, p. 95) “apresenta a auto-imagem de uma profissão”, no Serviço Social é alcunhado de projeto ético político e o seu cerne atrela a imagem do assistente social como profissional que defende direitos.

Porém, Ortiz (2007) afirma que essa concepção apresenta uma tensão na percepção da imagem do assistente social, a que foi construída a partir de um processo de amadurecimento ético-político da categoria com a percepção dos usuários sobre o Serviço Social.

Entre os usuários e o público em geral, a mesma tensão tende a aparecer, pois, se por um lado, esta profissão também é reconhecida como aquela que defende direitos; por outro, ainda se conserva, entre muitos, a perspectiva de que o profissional e a profissão são vistos como ‘coisa de mulher’, com um perfil voltado para a ajuda [...] (idem, p. 274).

Do ponto de vista da comunicação, a mídia também contribui para esse processo. Contente e Ruiz (2011) chamam a atenção acerca da confusão dos usuários e instituições sobre o que vem a ser o Serviço Social. Para esses autores um exemplo dessa má compreensão está no uso do nome da profissão para caracterizar ações caritativas ou político-eleitoreiras (idem, p. 36).

Outro fator para análise dessa questão refere-se à condução das políticas sociais. O projeto neoliberal distancia a concepção de universalidade das políticas sociais como direito conquistado através da Constituição de 1988, apresentando um cenário de políticas compensatórias e seletivas.

Assim, nesse contexto, a ascensão e solidificação de conceitos como solidariedade social, filantropia empresarial e voluntariado como ações gestoras para o enfrentamento da questão social, demandam que, quem a execute seja uma pessoa desprovida e determinada à “ajuda”.

Essas ideias imbuídas na agenda neoliberal tem distorcido, junto aos usuários, a imagem do Serviço Social construída a partir dos princípios estabelecidos no projeto ético político que defende a construção de outro modelo de sociedade, a partir da emancipação dos sujeitos.

Diante dessa lógica neoliberal os espaços de atuação do Serviço Social se configuram em espaços de violação de direitos, o que demanda ao assistente social, a partir do Código de Ética de 1993 não só a observação e cumprimento das normativas éticas, como também a denúncia das condições éticas e técnicas de trabalho.³⁸

Outro aspecto observado nos dados da Tabela 4 sinaliza que todas as denúncias apresentadas pelos assistentes sociais estão atreladas ao descumprimento das normas éticas, principalmente no que se refere à prática do autoritarismo no exercício profissional.

Percebe-se o conhecimento, por parte de 07 assistentes sociais, sobre o que preconiza o Código de Ética, possibilitando a identificação de uma infração ética. Um dos elementos favoráveis para isso está na formação profissional. Contudo, a ética, no processo de formação do assistente social não deve ser compreendida apenas no espaço de sala de aula ou no conhecimento restrito do Código de Ética profissional.

A revisão curricular de 1996 apresenta centralidade da ética no processo de formação do assistente social, ocasionando um repensar do conteúdo da disciplina ética profissional e uma ênfase na necessidade de capacitação dos docentes e supervisores de campo durante o estágio supervisionado, garantindo a ética como elemento transversal a formação do assistente social (BARROCO, 2004).

Porém, em um contexto de precarização das políticas públicas observa-se a escassez de recursos para colocá-las em ação. Tomando por exemplo educação, constata-se a falta de investimento nas instituições de ensino superior públicas em detrimento ao incentivo na formação através de instituições privadas e na modalidade da educação a distância. Estes aspectos repercutem na formação

³⁸ Artigo 7º do Código de Ética de 1993.

continuada do assistente social enquanto uma importante estratégia para manter o profissional em sintonia com as transformações sociais.

Para Barroco; Terra (2012, p. 82), apesar de um cenário de precarização da vida e do trabalho, “a denúncia tem sido acionada coletivamente pelos assistentes sociais e usuários de forma gradativa, desde a implantação do CE de 1993, o que evidencia a ampliação da consciência ético-política da categoria”.

As iniciativas do conjunto CFESS/CRESS em formar e publicizar os instrumentos normativos do Serviço Social, como também o desenvolvimento de ações que possibilitem o fomento à reflexão da ética e dos princípios ético-políticos profissionais têm contribuído para o aumento das denúncias.

Nessa direção, com a finalidade de desenvolver um trabalho educativo e ao mesmo tempo com enfoque político, no XXIII Encontro Nacional do CFESS/CRESS realizado em Brasília, em 1994, foi aprovada a comissão ampliada de ética dos CRESS (Resolução nº280/94).

Sua principal finalidade consiste em organização de debates e instrumentos de divulgação do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), capacitação de profissionais para operacionalização do Código de Ética profissional e do Código Processual de Ética, realizando grupos de estudo, treinamentos, cursos, palestras, dentre outras ações. Por fim, orientação e esclarecimentos aos assistentes sociais, usuários e demais interessados sobre questões de natureza ética. (CFESS, 1996, p. 184).

Dentre as ações desenvolvidas destacam-se o curso Ética em Movimento, o posicionamento político do CFESS através da publicação do CFESS Manifesta, e a agenda anual do assistente social como mais um espaço de reflexão dos princípios do projeto ético-político da categoria.

O terceiro e último aspecto dos dados apresentados na Tabela 4, refere-se a presença de 02 denúncias sobre infração de direitos humanos. Esta denúncia não se configura como infração ética, mas demonstra a percepção do CRESS, por algumas instituições e profissionais, como espaço de defesa da garantia dos direitos humanos e sociais.

O segundo princípio ético estabelecido no Código de Ética de 1993, apresenta a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo. Esta concepção é incorporada no projeto profissional reafirmando o compromisso do assistente social na defesa dos direitos da classe trabalhadora e construção de uma sociedade igualitária sem a presença da dominação de uma classe sobre outra.

Assim, o projeto ético político do Serviço Social, considerado como projeto de resistência emancipatório, colide frontalmente com o projeto societário hegemônico por declarar a defesa intransigente dos direitos humanos.

Cabe aqui a reflexão sobre que emancipação é apreendida no Serviço Social. Apreendendo os pressupostos marxistas, no debate da ética e direitos humanos duas categorias são imprescindíveis de análise: a emancipação humana e a emancipação política.

Marx (2009), na obra *Para a Questão Judaica*, ao criticar o pensamento de Bauer apresenta a diferenciação dessas duas categorias. Para ele, a emancipação humana consiste na superação da relação de exclusão e dominação impostas pela lógica capitalista, ou seja, é a superação da propriedade privada mediante o exercício pleno da liberdade.

A emancipação política incide na satisfação das necessidades de um grupo ou classe social assumindo o protagonismo de sua história. Destarte, a emancipação política é possível alcançá-la no contexto capitalista, ao passo que a emancipação humana só é viável em outro modelo de sociedade.

A partir da década de 1990, diante de um cenário nacional de violação de direitos humanos e crise da ética na esfera política, o debate sobre a ética e a defesa dos direitos humano se avolumou no Serviço Social a partir da apreensão do ser social como sujeito de direito.

O CFESS, a partir do ano 2000, estabelece a política de direitos humanos inserindo-a como uma das atribuições da comissão de ética e direitos humanos (CEDH) dos CRESS. Dentre as ações e atribuições da comissão encontra-se:

Articulação com os movimentos sociais; a comunicação como instrumento de visibilidade na defesa e garantia dos direitos humanos; cursos de capacitação; realização de campanhas (livre orientação e expressão sexual; contra racismo; DH etc.); participação em fóruns e conselhos de direitos na defesa dos trabalhadores e do PEP (BARROCO; SILVA, 2012, p. 65)

Assim, a observância, defesa e luta pela efetivação dos direitos humanos e sociais assumidos pelo Serviço Social em seu processo de amadurecimento profissional, tem refletido na sociedade o reconhecimento e a legitimidade do conjunto CFESS/CRESS como espaços de fiscalização e defesa dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate discorrido durante a realização deste estudo teve como finalidade analisar as denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social.

Desta forma, foi imprescindível apreender a particularidade da denúncia como instrumento público de cidadania incorporada pelo Serviço Social, como amadurecimento teórico e político, fruto de um processo de renovação profissional e de comprometimento com a construção de um modelo de sociedade justa e emancipada.

Assim, buscou-se analisar no processo sócio-histórico do Serviço Social desde a sua gênese até a contemporaneidade, a forma como a ética profissional é percebida nos diversos ideários que fundamentaram a concepção teórico metodológico do exercício profissional.

A ética no Serviço Social, desde a sua gênese, configura-se como ethos profissional construído historicamente e presente através dos seus Códigos de Ética. Em 1947, era considerado um código moral e apresentava valores que deveriam ser inatos ao profissional, isto é, extrapolava a vida privada e alcançava a vida profissional. Em 1965, os valores permeavam o trabalho técnico, contudo ainda perpassava pela moral inata ao profissional. Esses dois Códigos possuíam como perspectiva o bem comum. A partir da década de 1980, o Serviço Social rompe com a concepção da ética tradicional influenciado pelo ideário marxista e pela perspectiva emancipatória.

Analisando todos os Códigos de Ética do assistente social foi sinalizado nesse estudo duas perspectivas no âmbito da operacionalização da ética no Serviço Social: a ética tradicional e conservadora, presente nos Códigos de 1947, 1965, 1975, e a ética de ruptura, Códigos de 1986 e 1993.

A materialização e operacionalização da dimensão ética do Serviço Social ocorrem nos espaços de atuação profissional, seja no âmbito da esfera pública ou

privada, e são regidos pela lógica burguesa neoliberal que acunha um projeto de violação dos direitos humanos e sociais.

Este cenário delineado no cotidiano profissional ocasiona uma tensão entre aos valores individuais dos assistentes sociais e os valores e princípios estabelecidos no Código de Ética profissional, originando em conflitos éticos.

Sendo assim, partindo do entendimento que a presença de conflito ético não conduz a infração ética, é importante reafirmar que a violação do direito social do usuário é que consiste em uma irregularidade ética.

No processo sócio histórico do Serviço Social de amadurecimento teórico e político, a ética é percebida para além dos normativos legais. Neste sentido, o estudo buscou verificar a veracidade da seguinte hipótese: que as denúncias apresentadas ao CRESS 18ª região em relação a irregularidade ética no exercício profissional, se propõem a delinear um perfil profissional que o denunciante (profissional, usuário ou instituição) espera do assistente social. Essa concepção está pautada em uma determinada ótica, seja ela fundamentada no projeto ético político ou na imagem profissional cultural herdada pelo Serviço Social tradicional.

Desta maneira, para melhor apreensão do objeto em estudo foi imprescindível atender aos seguintes objetivos: Identificar a quantidade de denúncias que chegam ao CRESS 18ª região; verificar a relação do motivo da denúncia com o tipo de denunciante; Analisar os argumentos apresentados durante a denúncia e sua possível violação ética. E por fim, analisar a relação da denúncia com o processo de trabalho do assistente social e o projeto ético político.

Durante a realização da pesquisa, verificou-se que os artigos do Código de Ética/93 apontados nas denúncias como possivelmente violados não foi possível ser mensurado, tendo em vista que o enquadramento da denúncia ou queixa ética à possível violação de artigos previstos no Código de Ética de 1993, é uma atribuição da Comissão Permanente de Ética do CRESS. Ou seja, o denunciante ao apresentar a denúncia ao CRESS não precisa vinculá-lo ao artigo violado.

A partir da análise documental realizada no arquivo central do CRESS 18ª região, pode-se verificar que, no período de 2000 a 2014, a maior quantidade de

denúncias procede de assistente social e usuários dos serviços sociais. O quantitativo de denúncias realizadas pelos usuários demonstra o nível de visibilidade do conselho junto à população.

Por outro lado, verificou que o usuário ao proceder a formalização de uma denúncia contra o assistente social, a sua expectativa está na garantia que sua necessidade será suprida e seu direito social garantido. A dimensão da ética, dos assistentes sociais percebidas pelos usuários e profissionais de outras áreas, encontra-se no nível da singularidade e da individualidade atrelada a questão comportamental.

A partir da análise textual das denúncias, percebe-se que a insatisfação do usuário em não ter o direito social garantido é transferida para o nível da vontade individual do assistente social. O usuário ainda espera do assistente social “aquele” profissional que irá resolver suas necessidades, que acolhe e sabe ouvir, que seja “educado” ou possua uma “boa conduta moral”.

Por outro lado, o assistente social ao formalizar uma denúncia junto ao CRESS, espera o fortalecimento e legitimidade do seu exercício profissional. E que a garantia do seu direito como profissional, previsto no Código de Ética de 1993 representa a garantia do direito do usuário, na perspectiva de que as condições éticas e técnicas do trabalho do assistente social reflete na qualidade dos serviços prestados a população.

Desta forma, a materialização do projeto ético político ocorre no cotidiano do assistente social durante o exercício profissional. Para isso, o conjunto CFESS/CRESS tem irrigado esforços na perspectiva do fortalecimento do projeto ético político e da difusão dos princípios éticos, através do desenvolvimento de ações educativas e de formação continuada. A exemplo desses esforços encontra-se o projeto Ética em Movimento e a manutenção do debate sobre a ética profissional na construção de uma agenda política elaborada nos Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS.

Essas iniciativas possibilitam a divulgação do Código de Ética, como também o fortalecimento do Projeto Ético Político profissional, pois a falta de conhecimento das bases normativas, a exemplo do Código de Ética/93 e Lei 8.662/93, possibilita

ao assistente social a violação dos princípios e diretrizes éticas, como também do compromisso assumido com a sociedade. A violação ética acunhada pela falta de conhecimento dos normativos ocasiona no enfraquecimento do projeto profissional.

Os pilares normativos do projeto ético político do assistente social como o Código de Ética/93, Lei nº 8.662/93, Diretrizes Curriculares/96 e os Códigos Processuais, são frutos do processo de amadurecimento da profissão frente aos fundamentos da ética e da sua centralidade na liberdade, democracia e emancipação dos indivíduos sociais.

Caminhando na contramão do processo de amadurecimento ético político do Serviço Social, fatores conjunturais contemporâneos têm impactado no fortalecimento do conservadorismo na sociedade brasileira. A financeirização e fortalecimento do sistema capitalista e consolidação do projeto neoliberal promovem a violação dos direitos humanos e sociais da população, mediante o desmantelamento das políticas públicas a desenvolvimento de ações imediatista, assistenciais, clientelistas e a perspectiva moralizantes no enfrentamento dos problemas sociais. No âmbito profissional, o assistente social se depara constantemente com o descaso social e a violação dos direitos, seja na esfera pública ou privada.

A crise ética presente na sociedade contemporânea tem sido outro fator para o fortalecimento do conservadorismo. A corrupção, a intolerância de todas as formas (racial, religiosa, gênero, dentre outros), a dizimação de povos, imigração e xenofobia, tem apresentado permanente desafios ético-políticos ao Serviço Social (CARDOSO; TORRES, 2016).

As denúncias analisadas nesse estudo apresentam algumas características conservadoras da sociedade contemporânea, demandando aos órgãos representativos do Serviço Social, seja no âmbito da formação profissional, como a ABEPSS, seja no âmbito do exercício profissional, como o conjunto CFESS/CRESS, o desenvolvimento de estratégias de ação que possibilitem a disseminação de que o conhecimento do projeto profissional deve ser apreendido pelos assistentes sociais, pelos espaços de atuação profissional, usuários, como também por toda a sociedade.

Por fim, entende-se que esse debate não pode ser considerado como acabado, tendo em vista que o projeto hegemônico consolidado na sociedade capitalista contemporânea conflita diariamente com o Projeto Ético Político do assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Seção São Paulo, 1947.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALAYÓN, Noberto. Acerca del movimiento de reconceptualización. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lucia S. Os fundamentos sócio históricos da ética. In: **Reprodução social, trabalho e Serviço Social. – Módulo 02**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UnB, 1999.

_____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Ética**: Fundamentos sócio-históricos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010b (Biblioteca básica de Serviço Social; v 4).

_____. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria L. S.; TERRA, Sylvia H. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos assistentes sociais brasileiros – Parte I. In: **Código de ética do/ a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine R. Questão social e direitos. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: A particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

_____ e TEIXEIRA, J. Barata. O projeto ético político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Priscila F. G.. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

_____ e TORRES, A. Almeida. Rupturas, desafios e luta por emancipação: a ética profissional no Serviço Social brasileiro In: SILVA, M. L. de oliveira e. (org). **Serviço Social no Brasil: História de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e Questão Social**: Limites de uma filosofia. Coleção didática do Serviço Social, V. 1. Campinas: Papel Social, 2013.

CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1965.

_____ **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1975.

_____ **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1986.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Resolução CFESS Nº 660/ 2013. **Código Processual de Ética**. Brasília, 2013.

_____. Resolução CFESS Nº 657/2013. **Código Processual Disciplinar**. Brasília, 2013.

_____. Resolução CFESS Nº 428/2002. **Código Processual de Ética**. Brasília, 2002.

_____ **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9 ed. Ver e atual. Brasília: CFESS, 2011.

CONTENTE, C. e RUIZ, J. L. de Souza. Visibilidade do Serviço Social no século XXI: uma das estratégias para consolidação do projeto ético-político profissional. In: **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda A. D. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social**: reflexões preliminares. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 16, 2013.

_____ Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Trajetória do curso de Serviço Social em Sergipe: 1954-1982. In: **Revista do Jubileu de Ouro – Serviço Social**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011c.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico - metodológico**. 29ª ed. São Paulo: Celats/Cortez, 2009.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista sobre a particularidade como categoria da estética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1970.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução: Carlos N. Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução: Carlos Eduardo S. Matos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução: José Barata Moura. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital: crítica de economia política**. Livro I. Vol. 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social – um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Serviço Social e Sociedade** N.º 30. Ano X. Abril de 1989. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social –**

Módulo 01. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca básica de Serviço Social; v 1).

NETTO, Leila. E. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidade de um processo em construção.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. O Serviço Social e ética: a construção de uma imagem social renovada. In: **Ética e Direitos: Ensaios críticos.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PAIVA, B. A. e SALES, M. A. A nova ética profissional: praxis e princípios. In: **Serviço Social e ética:** convite a uma nova praxis. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no Marxismo:** manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político. In: **Revista Inscrita** nº 12. Brasília: CFESS, 200.

SANTOS, J. S; GONÇALVES, M. da C. V. et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade.** Nº 101. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca básica de Serviço Social; v 3).

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TERRA, Sylvia H. Ética e instrumentos processuais. In: **Curso de capacitação Ética para Agentes Multiplicadores.** Módulo 3, 2ed. Brasília: CFESS, 2004.

_____. Marcos legal e éticos do Serviço Social: construção dos parâmetros normativos do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade,** n.º 99. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ANÁLISE DOS DADOS

- 1- COMO A DENUNCIA CHEGOU AO CRESS (DENUNCIANTE; VISITA DO AGENTE FISCAL; ENCAMINHAMENTO DO CFESS).
- 2- QUEM FOI O DENUNCIANTE (USUÁRIO; ASSISTENTE SOCIAL; EMPREGADOR; AGENTE FISCAL; CFESS).
- 3- QUAL A QUEIXA / DENÚNCIA APRESENTADA.
- 4- QUAIS OS ARGUMENTOS DA QUEIXA / DENÚNCIA.
- 5- PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAR A QUEIXA /DENÚNCIA (OFÍCIO; COMPROVANTES DO OCORRIDO E OUTROS).
- 6- COMISSÃO DE ÉTICA: FLUXOGRAMA E TRAMITAÇÃO DA DENÚNCIA (ENTRADA - ARQUIVAMENTO OU ESTABELECIMENTO DO PROCESSO ÉTICO).
 - NÚMERO DE ARQUIVAMENTO:
 - NÚMERO DE PROCESSOS:
- 7- QUAIS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ANÁLISE DA QUEIXA / DENÚNCIA.

MAPEAMENTO DAS DENÚNCIAS NO CRESS SERGIPE

Ano	Nº	Denunciante	Motivo da denuncia	Procedimentos adotados pelo CRESS
2002	01	Estagiário de Serviço Social	Assistência social selecionou estagiários para o programa Orçamento participativo. Após ser admitido e iniciado o estágio, a profissional informou que havia se confundido no quantitativo de bolsa para estágio, desligando-o de forma constrangedora. (alega infração do artigo 11 do CE/93)	Instauração de processo ético - Encerrado
	02	Assistente social	A secretária solicitou a denunciante a assinar várias “declarações de pobreza” em branco, para que técnicos sem formação em Serviço Social do departamento de atendimento social realizasse o preenchimento. A denunciante negou realizar tal procedimento, porém a denunciada assinou o documento violando os artigos 3º, 4º, 9º, 11º do CE/93	Instauração de processo ético - Encerrado
2006	01	Agente Fiscal do CRESS 18ª região	Assistente social utilizando prática de neuro-linguística (reiki) e massagens terapêuticas nos usuários como atribuição profissional	Orientação acerca das atribuições e competências do assistente social, junto ao corpo diretivo da instituição e profissionais. - Arquivado
2008	01	Assistente social	Plágio na elaboração dos projetos sociais (a denunciante alega que a denunciada plagiou um projeto seu e apresentou a instituição empregadora)	Encontra-se para análise na assessoria jurídica.
	02	Usuário	Alega que estava sendo assediado e perseguido pela assistente social e solicitou cassação do seu registro profissional. (o usuário procedeu denuncia no CEDUPI, DAGV, Promotoria do idoso, Ministério da Saúde, CFESS e CRESS)	O poder judiciário solicitou que o usuário pedisse desculpas a assistente social e retirasse a queixa nos órgãos acionados, inclusive o CRESS. - Arquivado

2010	01	Usuário	Mau atendimento. O assistente social negou realizar o atendimento.	O CRESS informou que no ano de 2010 não havia assistente social no quadro profissional (só foi inserido no quadro a partir do ano de 2011). - Denúncia arquivada sem fundamentação
	02	Assistente Social	Desagravo público – Foi solicitado ao assistente social a mudança no seu parecer em relação ao estudo sócio econômico de um estudante.	Em andamento
	03	Usuário	A assistente social tratou a usuária com arrogância.	Foi realizado contato com as partes - Em andamento
2011	01	Instituição filantrópica	Falta de documentação na pasta dos adolescentes que estava sob a responsabilidade do assistente social	Foi encaminhado ao conselho pleno para abertura de processo ético.
2012	01	Movimento Nacional de Direitos Humanos de Sergipe	Violação de Direitos Humanos vivenciados pelos adolescentes do CENAM (centro de atendimento ao menor) e USIP (unidade provisória) que estão inseridos os adolescentes em privação de liberdade.	Em Andamento
	02	Assistente social	Denúncia a instituição empregadora referente as violações sofridas quanto à autonomia profissional e ao abuso de poder exercido em relação aos estagiários de Serviço Social retirados do processo de trabalho e aprendizagem que tinham em andamento nos serviços para fins do exercício de uma suposta pesquisa com o intuito de elaboração dos projetos sociais.	Visita a secretaria – audiência com secretário – Devidos encaminhamentos. - Arquivado
	03	Assistente social	Referente ao trabalho do assistente social – O Ministério Público tem solicitado ao Serviço Social realizar prestação de contas do BPC para controlar os gastos por parte dos beneficiários através de vistoria em geladeira, armário, etc. do beneficiário do segmento terceira idade.	Visita para orientação ao profissional – Envio, à promotoria os procedimentos em relação ao trabalho e atribuições do assistente social.

2013	01	Usuário	Assistente social estava impedindo ao usuário de participar da conferencia municipal de saúde (realizou, também, denuncia no juizado especial criminal).	O usuário teve que realizar retração pública (pedido de desculpas) a assistente social e retratação por escrito junto aos diversos órgãos onde havia realizado a denuncia, inclusive ao CRESS. - Denuncia arquivada
	02	Outro profissional	A assistente social verbalizou para alguns colegas de trabalho, durante uma festa, que o colega denunciante assediava sexualmente os vigilantes da empresa e realizava assedio moral com os demais colegas de trabalho.	O CRESS informou que tal atitude não configurava em infração ética, tendo em vista que a mesma não estava no exercício de sua função e nem no local de trabalho. - Denuncia arquivada.
2014	01	Assistente social	Desagravo público – assédio moral em relação ao trabalho do assistente social	Em andamento
	02	Instituição social	Infração aos Direitos Humanos – Os adolescentes assistidos pela Fundação Renascer, não participam do PIA (Plano Individual do Adolescente) e que os mesmos nunca foram consultados pela equipe técnica do CENAM e USIP.	Em andamento
	03	Usuário	Assistente social negou a entrega de comprovante de acompanhamento de paciente, agindo com grosseria e mal educada.	Em andamento
	04	Assistente social	Condições de trabalho – Emissão de laudos e pareceres por parte de assistentes sociais, contratados como peritos sociais, utilizando procedimentos policiaiscos, fiscalizador e expondo os usuários.	Encaminhado a COFI para análise de ações em relação ao caso. - Em andamento



Ofício CRESS Nº 79/2015

Aracaju (SE), 14 de Julho de 2015.

Ilmª Srª Coordenadora,

Profª Drª Tereza Cristina Santos Martins

Assunto: Resposta ao Ofício PROSS nº 11/2015 c/ Solicitação de liberação para realização de Pesquisa.

Prezada Coordenadora,

O Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe no uso de competências legais de disciplinar, orientar, defender e fiscalizar o exercício profissional do Assistente Social na jurisdição de Sergipe vem por meio deste expediente, em resposta ao Ofício PROSS nº 11/2015, de 03 de junho de 2015, agradecer a iniciativa da Pesquisa no Âmbito do Regional e informamos que em reunião realizada em 11 de julho do corrente ano do Conselho Pleno, o CRESS deliberou pela realização da referida Pesquisa.

Aproveitamos a oportunidade para informar que em decorrência das recentes mudanças de Sede, os arquivos do Conselho em sua maioria não foram organizados, os mesmos não se encontram dispostos em ordem cronológica e o CRESS não dispõe de protocolos para essa demanda.

Salientamos ainda que em razão da redução no quadro de funcionários/as no momento, a Entidade não tem como disponibilizar um servidor para o acompanhamento da referida Pesquisa.

Sem mais para o momento despedimo-nos cordialmente,

Atenciosamente,


ITANAMARA GUEDES CAVALCANTE

Conselheira Presidente
CRESS 18ª Região

PROSS/DSS/CCSA/UES
RECEBIDO EM: 16-10-2015
POR: Valter L. da M. Santos

Rua Dom José Thomáz, nº 683 - Bairro São José - Aracaju/SE - CEP: 49015-090

CNPJ: 15.619.158/0001-11

Tel. (79) 3211-4991 (79) 3214-3487 - Site: www.cress-se.org.br e-mail: cress-se@cress-se.org.br

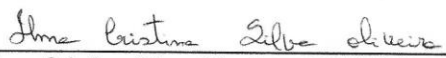
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

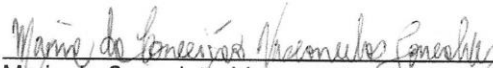
Ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 18ª região

Nós **Ilma Cristina Silva Oliveira** e **prof. Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves**, responsáveis pela pesquisa intitulada **“A particularidade das denúncias acerca da irregularidade ética no trabalho do assistente social em Sergipe”**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS da Universidade Federal de Sergipe/UFS, que pretende analisar a origem e as motivações que levam a denúncias acerca da irregularidade ética quanto ao exercício profissional do assistente social, apresentadas ao CRESS 18ª região, declaramos que:

- Estamos cientes e assumimos o compromisso de cumprir os termos da resolução nº 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005);
- Assumimos o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo dos materiais e das informações obtidas no desenvolvimento da pesquisa; não havendo a identificação dos denunciadores e denunciados presentes nas documentações do CRESS, bem como a exposição e/ou identificação dos membros conselheiros dessa gestão ou de gestões anteriores;
- Este conselho tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento acerca da condução da pesquisa durante o período de sua realização;
- Acreditamos que a realização desta pesquisa possibilitará ao CRESS 18ª região a organização e mapeamento das denúncias que chegaram ao CRESS no período de 2000 a 21014 (motivo, denunciante e desdobramento), bem como o conhecimento das expectativas da sociedade em relação ao papel e aos procedimentos de trabalho do assistente social em diversos espaços de atuação;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de apresentação em encontros científicos ou publicação em periódicos científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;

Aracaju, SE, 11 de julho de 2015.


Ilma Cristina Silva Oliveira – CPF: 610.218.145-04
Endereço: Rua E, nº 813 – Residencial Aruana Praia Mar I
Zona de Expansão (Aruana) CEP: 49001-135 Aracaju/SE


Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves - CPF: 051.569.985-34
Endereço: Rua José Ramos da Silva, Nº 234,
Praia 13 de julho CEP: 49020-200 Aracaju/SE

Conselheira Presidente
CRESS 18ª Região

PROSS/DSS/CCSA/UFS
RECEBIDO EM: 16-10-2015
POR: Valter L. de M. Silva

Rua Dom José Thomáz, nº 683 - Bairro São José - Aracaju/SE - CEP: 49015-090
CNPJ: 15.619.158/0001-11
Tel. (79) 3211-4991 (79) 3214-3487 - Site: www.cress-se.org.br e-mail: cress-se@cress-se.org.br